

Tribuna Operária

da Luta

Cr\$ 400,00

ANO V — Nº 179 — DE 6 A 12 DE AGOSTO DE 1984

Foto Antonio Coreo



Grevistas da Semer denunciam as demissões

Metalúrgicos-São Paulo retomam com ânimo o movimento grevista

Depois da eleição do Sindicato, a média é de uma greve por dia na categoria. Leia na página 7

O que disseram as urnas no maior Sindicato do Brasil

Análise do resultado da eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Pág. 5

Universidades federais fazem o balanço de sua supergreve

Movimento enfrentou um governo sem educação. P. 10

POVO COBRA COMPROMISSO DEMOCRÁTICO DE TANCREDO

Assembléia democrática e popular da Bahia: 2 mil populares, 459 entidades, as oposições em peso, põem no papel porque dão toda força à campanha de Tancredo. Para mudar. Mas mudar *mesmo*. Pág. 3

Em São Paulo a Frente Municipalista declara ao candidato opositor: todos vão pressionar para que seu governo dê fim de uma vez ao regime incompetente e corrupto do golpe de 64. Pág. 3

Apoiado num vasto bloco de forças, desde as do povo trabalhador até uma forte ala da burguesia, a candidatura Tancredo sofre pressões opostas. O povo luta para que a sua leve a melhor. Pág. 3

EDITORIAL

Condições para mudar

É urgente mudar. Este é o sentimento que unifica as mais amplas forças sociais no Brasil hoje. Esta é a exigência que o povo apresenta ao sr. Tancredo Neves como candidato das oposições à Presidência da República. Mudar não apenas a forma, não só os nomes, mas o conteúdo também. Promover com urgência a transição para a democracia e o progresso é o que a nação espera do novo governo.

Para alcançar esta mudança os trabalhadores e os democratas conseqüentes compreendem e aprovam a aliança com todas as correntes políticas que se opõem ao atual regime. Em particular são favoráveis ao entendimento com a Frente Liberal em torno do candidato único das oposições. Entretanto, consideram que esta composição não implica em abrir mão de um programa democrático coerente nem significa concordância com a imposição de nomes para a vice-presidência sem condições de representar as aspirações oposicionistas dos brasileiros.

nar seus problemas. E não pode abrir mão de liberdades democráticas para que o povo discuta e decida sobre os destinos do país para sair da crise.

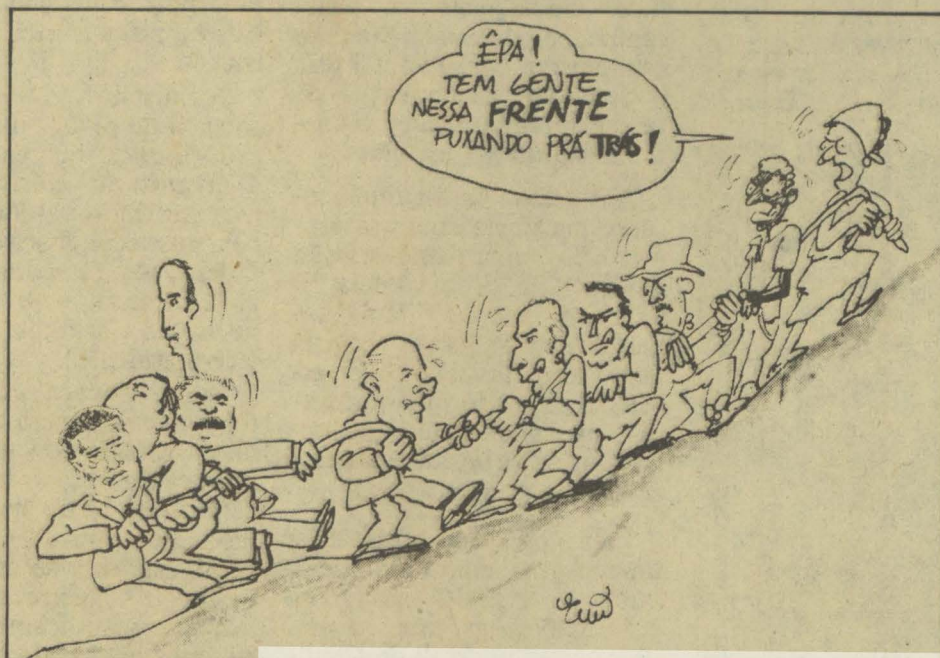
Neste sentido as assembleias, já realizadas em Alagoas e na Bahia, e a formação de comitês de mobilização popular e democrática cumprirão o papel de instrumentos de grande valor para que as massas interfiram na campanha do candidato único e preparem-se inclusive para cobrar a realização dos compromissos do futuro governo democrático. Estas assembleias populares e democráticas e os comitês de mobilização darão continuidade, em nível mais elevado, à vibrante campanha pelas diretas-já e aos comícios gigantescos realizados no primeiro semestre.

Asoma das mais extensas correntes que se opõem ao continuismo do regime militar e a campanha eleitoral em torno de um candidato único das oposições são vitais para viabilizar uma saída democrática para o país. Para que o Sr. Tancredo Neves possa formar um governo com condições de iniciar as transformações que se impõem na atual conjuntura, o povo terá que se organizar e lutar para conquistar espaço no cenário político.

Atualmente é a Frente Liberal que exerce uma pressão maior na campanha sucessória da oposição. Mas já aparecem as primeiras iniciativas de cunho popular. E daqui em diante a campanha terá que sair para as ruas. O candidato terá que discutir com as amplas massas e buscar aprovação popular para as suas propostas. Muitos que ainda estão numa postura de protestos vazios serão incorporados ao combate. Os sindicatos, as entidades populares e democráticas, as organizações dos trabalhadores nas fábricas e nos bairros, entrarão também na batalha. O povo é que dará um colorido vivo a esta nova arrancada democrática.



Assembléia baiana: pelo rompimento com o FMI, a Constituinte livre e soberana e Sarney fora da vice



Maré das greves nos canaviais chega em Campos

No norte do Estado do Rio 40 mil cortadores de cana cruzaram os braços. E venceram. Página 10

Metalúrgicos da Bahia não querem saber de divisão

Líder do Sindicato explica porque a categoria não vai ao encontro da CUT-PT. Página 6

Povo da Nicarágua combina voto e fuzil
Sob protesto da CIA, eleição não dará vez aos "contras" Pág. 2

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Nicarágua vota para reforçar o sandinismo

No último dia 19 de julho — quinto aniversário da Revolução Popular nicaragüense que derrubou o regime fascista e pró-americano de Anastácio Somoza — foi deflagrado, em meio a um clima de entusiasmo das massas trabalhadoras, o processo eleitoral na Nicarágua. A “oposição”, financiada pelos EUA, resolveu boicotar o pleito.

Marcado para 4 de novembro próximo, o pleito elegerá o presidente da República, seu vice e uma Assembleia de 90 deputados com poderes constituintes. Sua realização com êxito assinalará, sem sombra de dúvida, um importante passo no processo de institucionalização da democracia conquistada pelo povo em armas. Por isso mesmo está despertando as energias das diversas camadas da população e gerando positiva repercussão junto à opinião progressista mundial.

Contrastando com esse clima, e com o claro objetivo de impedir o avanço democrático do povo nicaragüense, a chamada *Coordenadoria Democrática*, que abrange quatro partidos conservadores de oposição ao novo regime, decidiu boicotar as eleições. Seu candidato a presidente da República, Arturo Cruz, anunciou essa decisão com grande alarde, após retornar dos EUA, onde por dois anos trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — e no Instituto de Estudos Interamericanos da Universidade de Miami.

A “oposição” quer liberdade para atacar o povo

O pretexto para o boicote seria a recusa do governo nicaragüense em promover eleições “limpas” e “livres”, em suspender a censura e o Estado de Emergência. Ao mesmo tempo, Cruz exige o adiamento do pleito, “para que todos os partidos concorram em igualdade de condições”, uma anistia geral, inclusive para os contra-revolucionários, e a garantia de participação a todas as forças políticas, inclusive a FDN e a ARDE. Enquanto isso, o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, John Hughes, referindo-se às medidas liberalizantes contidas na lei eleitoral, promulgada pelo Conselho de Estado, classificou-as de “mudanças cosméticas” e conclamou os sandinistas a



Sandinistas lutam com as armas e com os votos

realizarem (pasmem!) “eleições livres”.

A grande imprensa internacional (e também a do Brasil) dedicou-se a fazer eco a tais exigências e apelos e apresentar a realidade de maneira distorcida, como se o processo eleitoral nicaragüense representasse o embate entre uma “ditadura” (que seria a Junta de Governo sandinista) e a “democracia” (que seriam as forças opositoristas reunidas sob a bandeira da *Coordenadoria*, as bênçãos de d. Miguel Obando y Bravo e o apoio internacional da “democracia americana”).

Contudo o processo eleitoral nicaragüense, assim como todas as marchas e contramarchas da Revolução ao longo desses cinco anos, só pode ser compreendido partindo-se da premissa de que estamos diante não de um conflito entre formas mais ou menos “liberais” de fazer uma eleição, mas de uma guerra aberta entre classes. De um lado, as massas trabalhadoras da cidade e do campo, as camadas médias e as forças patrióticas, e, de outro, a oligarquia latifundiário-burguesa derrocada e o imperialismo norte-americano. Do ponto de vista histórico, esse embate só resultará na conquista de uma verdadeira democracia se a classe operária assumir seu papel de principal protagonista da luta social e política, exercer sua missão de vanguarda das forças vivas da nação e construir

um regime no qual ela seja a força hegemônica. Um embate de tamanha envergadura, ligado à luta pelo socialismo, não se limita, evidentemente, aos marcos estreitos de um processo eleitoral.

Resistência popular às investidas armadas do imperialismo

A dimensão política do processo eleitoral nicaragüense revela-se por inteiro se se tem em conta a difícil conjuntura interna e internacional em que as forças democráticas e populares travam atualmente a luta pela consolidação das conquistas da Revolução e pela reconstrução do país.

O povo nicaragüense enfrenta com singular tenacidade e espírito de luta os inimigos da liberdade, da independência e do progresso social, todos ligados ao regime facinoroso de Somoza, à oligarquia derrocada e ao imperialismo norte-americano. Essas forças, sonhando restabelecer seu brutal domínio e espoliação sobre as massas operárias e camponesas, e mutilar a soberania nacional, não hesitaram em organizar grupamentos armados contra-revolucionários — a FDN e a ARDE — que, agindo a soldo da CIA e fartamente municiados pelo Pentágono, perpetraram crimes sangrentos, realizaram atos de provocação e sabotagem, destroem instalações econômicas e sociais, atacam a

população civil nos povoados e vilarejos. Esta guerra já causou ao país prejuízos econômicos da ordem de 200 milhões de dólares e a morte de 1.500 pessoas. Soma-se a essas ações a permanente ameaça de invasão do território nicaragüense por tropas norte-americanas, evidenciada pelas repetidas manobras militares na vizinha Honduras e na presença constante de porta-aviões do Pentágono a poucos quilômetros da fronteira marítima da Nicarágua.

Voto entrelaçado com mobilização e defesa da pátria ameaçada

Nesse quadro, a mobilização que ora se inicia em função da luta eleitoral, para poder frutificar e resultar na consolidação de uma nova ordem democrática, entrelaça-se com a tarefa de manter a vigilância e a mobilização permanentes da Junta de Governo e do povo em face dos iminentes perigos que ameaçam a liberdade e a independência do país.

Assim, são descabidas as exigências de liberdade para os inimigos do povo, para bandos de criminosos e traidores da pátria. Ceder significaria a perda da liberdade conquistada à custa do sangue derramado pelo intrépido povo nicaragüense, representaria a restauração do antigo regime coberto de opróbrio, escorçoado pelo povo e execrado pela opinião progressista mundial.

(José Reinaldo)

Reagan cria um “hospital de banco”

A partir do dia 13 de agosto, entra em ação o “salvamento” do Continetal Illinois, oitavo maior banco dos Estados Unidos. Numa gigantesca “operação-hospital” o governo Reagan injeta 4,5 bilhões de dólares (Cr\$ 9 trilhões) do Estado, dinheiro dos impostos pagos pelo povo, para socorrer um bando de financistas. Ainda desta vez foi evitado um colapso do sistema financeiro.

Foi com sua habitual caradepau que o governo Reagan anunciou a intervenção no Continetal, a maior da histó-

ria bancária norte-americana. O Estado, através de sua agência FDIC, passa a ser o acionista majoritário, arcando

com os vultosos prejuízos, que só no segundo trimestre de 1984 totalizam 1,1 bilhão de dólares (Cr\$ 2,2 trilhões). Reagan sempre atacou de liberal, dizendo-se contra a intervenção estatal na economia. Agora fica difícil justificar sua atitude, ainda mais em plena campanha eleitoral. Mas no capitalismo, em sua atual fase imperialista, a intervenção estatal é um fato, demagogia nenhuma consegue esconder.

A desculpa para a intervenção é um libelo contra a própria crise, uma demonstração da fragilidade do sistema financeiro mundial. Paul Volker, chefe do “banco” central americano, justificou a intervenção, dizendo que o governo “não pode esquecer a importância crucial de manter a confiança do mercado”.

Essa “operação-hospital” é uma afronta contra o dinheiro público. A FDIC entra com 4,5 bilhões, garante os empréstimos “podres” do Continetal e devolve a credibilidade para a instituição. No entanto, apesar de acionista majoritário, o Estado não tem assento no conselho de direção do banco. Para chefia-lo, foram escolhidos dois senhores: Ogden e Swearingen — um,

banqueiro forte do Chase Manhattan Bank; o outro, importante executivo do truste petrolífero Standard Oil. Ou seja: fica tudo em casa. Uma operação entre trustes, com o dinheiro do público. Uma aula prática sobre o caráter do Estado norte-americano com os trustes, pelos trustes e para os trustes.

O cinismo tipo *cosa nostra* chega a tal ponto, que os dois ex-dirigentes, que enforcaram a organização com empréstimos duvidosos, empurrados pela crise econômica e pela safadeza, não irão para a cadeia. Ao contrário, serão mantidos no banco nos altos cargos de vice-presidentes.

Outra trapaça vergonhosa foi com as ações do Continetal nas bolsas de valores. Haviãmo caído 77% só neste ano e 67% só de 17 de maio até julho. Chegaram a ter um valor de 80 centavos de dólar. Pois bastou o anúncio da mamata da “operação-hospital” e elas subiram para mais de 3 dólares, dando aos poucos felizardos que sabiam da transação uma valorização em dois dias de 350% (em dólar, é claro). Numa sociedade em estado de carniça, os abutres encontram farto alimento. (Luiz Gonzaga)



Dinheiro do povo para salvar trustes: Reagan entende disso

PROLETARE TE TE GJITHA VENDEVE. BASHKONUMI!

**ZERI i POPULLIT**

ORGAN I KOMITETIT QENDROR TE PPSH

PTA denuncia ataques contra os kossovares

Somente no mês de junho, 90 albaneses foram condenados em dez processos ocorridos na Iugoslávia, e um novo processo está sendo aberto, contra outros sete albaneses. O jornal *Zëri i popullit*, órgão central do Partido do Trabalho da Albânia, publicou um artigo analisando as perseguições aos albaneses na Iugoslávia. Eis alguns trechos:

“No centro da Europa, em um Estado que se apresenta como amante da liberdade e pretende ensinar ao mundo a democracia, em um país onde se escreve amiúde a propósito de direitos do homem e que se considera um porta-bandeira de Helsinque, milhares de albaneses são condenados a penas de 10 a 15 anos por terem lido um livro ou cantado uma canção popular, por terem pronunciado uma palavra. Nem mesmo os anciãos e as crianças escapam desta onda de condenações. Por sua natureza desumana e obscurantista, os processos são verdadeiramente sem precedentes.”

APELOS CHOVINISTAS

“De há muito se fazem na imprensa iugoslava apelos chovinistas que lembram a política dos reis sérvios face à população albanesa. O ministro do Interior declarou que temos em Kossova 30 agentes de polícia para cada vila! A revista ‘Danas’ escreve que ‘em Kossova não há família albanesa que não tenha um de seus membros na prisão’.

“Atualmente os albaneses são torturados, aprisionados, assassinados, simplesmente por serem albaneses. Em Kossova e em outras regiões da Iugoslávia habitadas por albaneses, aplica-se uma política tipicamente racista, colonialista e desnacionalizante.

“Há muito que a direção iugoslava entrou neste beco sem saída. Mas é tempo de todos compreenderem que nenhuma tentativa de colocar uma ‘camisa de força’ em Kossova poderá obter êxito. A violência e o terror só fazem exacerbar a situação e aumentar a indignação do povo.

“Não é a primeira vez que se aplica a política de opressão nacional em Kossova, mas ela sempre fracassou. Antes da guerra esta política era aplicada pela burguesia monarquista sérvia e, depois dela, por Rantkovich e seus consortes. Mas Kossova não se curvou. As exigências de igualdade de direitos políticos e econômicos com as outras nações da Iugoslávia no quadro da Constituição, são reivindicações absolutamente legítimas. Por isso não poderão ser sufocadas pela demagogia ou pela força.”

“O único caminho é pôr termo à opressão nacional e entender-se pacificamente com o povo de Kossova para tentar uma solução razoável que atenda aos interesses dos albaneses e da Federação como um todo.

“A Albânia Socialista continuará denunciando vigorosamente a violência e o terror chovinistas contra os albaneses de Kossova e das outras regiões da Iugoslávia. Os iugoslavos podem dizer que desta forma nós estamos interferindo em seus assuntos internos e tentando desestabilizar a Federação.

“A Albânia nunca se imiscuiu nos assuntos internos da Iugoslávia, jamais quis sua desestabilização. Mas defendemos firmemente os kossovares e demais albaneses da Iugoslávia quando são encarcerados e perseguidos injustamente, porque são nossos irmãos de sangue; nós os defenderemos corajosamente quando são oprimidos e explorados, porque somos comunistas; nós os defenderemos sem vacilar quando lhes são negados seus direitos democráticos e nacionais, porque estas ações vão contra o espírito de liberdade e de progresso que são ideais sagrados para toda a humanidade.

“Os acontecimentos de Kossova são o resultado de relações injustas criadas pela linha direitista na Federação iugoslava; são, em particular, o resultado da discriminação dos albaneses em todos os domínios, uma realidade que bem se conhece em Belgrado.”

BARRAR O CHOVINISMO

“As invenções quanto à pretensão da ‘grande Albânia’, atribuídas aos albaneses, são uma provocação. Os albaneses nunca foram chovinistas, pois jamais oprimiram nem exploraram qualquer outro povo, nem desmembraram o território de algum vizinho, como outros agiram para com eles. Os albaneses de Kossova querem ser cidadãos iguais, ter os mesmos direitos e deveres que os demais iugoslavos e que a Constituição e as leis fundamentais do país sejam aplicadas também em relação a eles.

“Os povos da Iugoslávia fizeram sacrifícios inomináveis e verteram seu sangue para se livrar da opressão nacional e criar uma verdadeira união fraternal entre eles. Por isso não podem ter a consciência tranqüila com o que se passa em Kossova. Se não se detém imediatamente a campanha chovinista dos grão-sérvios, o que se passa hoje em Kossova se repetirá amanhã na Bósnia e na Croácia, depois de amanhã na Macedônia e por aí em diante.” (*Zëri i Popullit*)



Albânia presente em São José

Uma delegação da Associação de Amizade Brasil-Albânia (AABA) participou dos desfiles comemorativos do 217º aniversário de São José dos Campos, Interior de São Paulo, dia 27 último. A Albânia se apresentou com outros 13 países no bloco da Feira Internacional das Nações e se destacou pelos seus trajes típicos e a bandeira vermelha da águia bicéfala.

Fundação Maurício Grabois



Tancredo, com os alagoanos: as diversas formas de romper com o Fundo

Tancredo conversa com delegações do Nordeste

O governador Tancredo Neves recebeu na última semana, em Belo Horizonte, delegações de políticos de oposição e líderes populares da Bahia e de Alagoas que lhe relataram as conclusões das assembleias democráticas e populares de seus Estados sobre a sucessão presidencial.

O presidente do PMDB alagoano, ex-deputado José Costa, entregou ao governador na ocasião o “Manifesto dos Alagoanos” — documento de apoio à sua candidatura, contendo milhares de assinaturas e referendado pela triunfante Convenção do Movimento Popular e Democrático do Estado (ver TO nº 178). Na mesma audiência, segunda-feira, dia 30, foram entregues também propostas para o programa mínimo do governo a ser formado com a vitória das oposições, como um documento assinado por líderes sindicais, postulando “a imediata liberdade e autonomia sindical” e outras reivindicações dos trabalhadores. Outro documento entregue a Tancredo foi a “Contribuição inicial dos comunistas à formulação do programa mínimo”.

O jornalista Ênio Lins, que participou da delegação alagoana representando a Comissão pela Legalidade do PC do B, defendeu na ocasião “uma ampla campanha de massas em torno da candidatura única das oposições”. Após a audiência, o deputado estadual

Eduardo Bonfim (PMDB-AL) condenou o lançamento do senador José Sarney como vice de Tancredo. Embora ressalvando que considera “louvável” a ruptura de Sarney com o Planalto e seu apoio à candidatura das oposições, Bonfim comentou que “posições políticas muito recentes do senador, no nosso entender, não o credenciam a ocupar um posto que deveria ser ocupado de comum acordo com as forças democráticas”.

O GOVERNADOR E O FMI

Na quarta-feira, dia 1º, foi a vez da delegação que levou a Tancredo as resoluções da Assembleia Popular e Democrática da Bahia (ver artigo ao lado). O governador mineiro conversou por cerca de meia hora com os deputados Haroldo Lima, Domingos Leonelli e Luiz Nova, o vereador Paulo Fábio, o médico Carlos Valadares e a professora Sara Teodósio, que apresentaram as conclusões do rico debate havido na Bahia.

Além de agradecer as contribuições, Tancredo Neves esclareceu ser favorável a uma Assembleia Constituinte, livre e soberana, embora também com poderes congressuais para poder legislar ordinariamente. E explicitou melhor sua postura em relação ao FMI, dizendo que acha tolice romper com o Fundo enquanto país associado, mas que defende a denúncia dos atuais acordos feitos com ele. (das sucursais)



Tancredo de gesso, presente, fez até discurso em praça pública

Candidatura oposicionista foi às ruas em Ipanema

Foi em Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro, que se realizou a primeira manifestação de rua em favor da candidatura Tancredo Neves para presidente da República: uma caminhada promovida pelo PMDB local, no sábado, dia 28, com cerca de 400 participantes e antecedida pela inauguração do Comitê de Apoio a Tancredo, na Praça Nossa Senhora da Paz.

O principal destaque da caminhada foi uma máscara de gesso, réplica do rosto do governador mineiro, usada pelo presidente da Associação de Empresários Teatrais do Rio, Rodrigo Faria Lima. Ele desfilou em cima de um carro aberto, acenando para o povo, recebendo

aplausos, sinais afirmativos e papel picado jogado dos apartamentos.

O povo nas calçadas também participou, colando nas roupas adesivos onde se lia “Muda Brasil, Tancredo já”. Participaram da caminhada vários membros das entidades de moradores das favelas próximas.

No encerramento da manifestação, Rodrigo Faria Lima, ainda com a máscara do Tancredo Neves, fez um discurso “em nome” do governador de Minas. “A minha candidatura” — afirmou — “surge como opção transitória e com uma plataforma que deve ser enriquecida por todos. Não podemos deixar de ouvir ninguém, pela democracia e pelo Brasil.” (da sucursal)

Suspensão dos acordos com o FMI e do pagamento da dívida externa até que a nação se pronuncie a respeito; apoio a uma Constituinte livre, democrática e soberana; e crítica à indicação de José Sarney para vice da chapa de Tancredo Neves, foram as principais decisões da Assembleia Popular e Democrática da Bahia, realizada domingo, dia 29, em Salvador.

A Assembleia reuniu no Cine Roma mais de 2 mil pessoas, representando 459 entidades sindicais, profissionais, de bairro, culturais e populares, além de políticos de oposição. Na ordem do dia, o apoio ao candidato único das oposições à Presidência da República, Tancredo Neves, sugestões para um programa mínimo do governo de transição e a campanha de mobilização popular em torno da candidatura Tancredo.

CHEIRO DE POVO

Durante todo o domingo, dominou um clima de entusiasmo e combatividade. A marca popular estava presente em dezenas de caravanas do interior do Estado, dos bairros de Salvador, de categorias operárias. Em várias cidades interioranas houve assembleias para preparar o encontro. Foi assim em Itabuna, Ilhéus, Feira de Santana, Vitória da Conquista e especialmente Itapetinga, onde mais de 300 pessoas participaram.

A mesma frente popular e democrática que vai se formando no país, em torno do candidato único das oposições, para pôr fim ao regime militar, expressou-se na Assembleia realizada em Salvador. Na mesa que dirigiu os trabalhos estavam o presidente do Sindiquímica, Nilson Bahia, o secretário da Associação Baiana de Medicina, Carlos Valadares, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Costa, a coordenadora da Federação das Associações



Presentes 2 mil pessoas e 459 entidades; abaixo a mesa do encontro

de Bairro, Antônia Santos, a secretária-geral da Associação dos Professores Licenciados da Bahia, Sara Dick Teodósio e a presidente do IAB-BA, Maria do Salete.

“O PDS JÁ MORREU”

Dona Vanja Evangelista Campos, uma senhora já de idade, da Sociedade do Bairro da Caixa D’Água, fez um emocionado discurso contra o regime e em apoio à candidatura Tancredo. Falou também o vereador Antônio Daltro Moura, do PDS de Utinga, município da região do café, que admitiu o fim do partido do governo e sugeriu o fim do próprio governo, que na sua opinião “tem como única finalidade matar o povo de fome”, aconselhando sua derrubada “através do voto, através do peito ou até mesmo na raça”. Foi delirantemente aplaudido. O vereador César Andrade, do PMDB de Juazeiro, emocionou a plateia ao dizer que espera estar brevemente “no país de Teotônio Vilela, no país dos operários, no país dos camponeses, no país sem fome e opressão”. Todos os



integrantes da mesa levantaram-se para abraçá-lo.

“Muda, Brasil!” Em todo intervalo entre um discurso e outro, Nilson Bahia, do Sindiquímica, repetia a frase que se tornou o lema da campanha de Tancredo.

Um momento de grande entusiasmo ocorreu durante a fala da representante da Comissão Estadual pela Legalidade do PC do B, Loretta Valadares. A esmagadora maioria da plateia levantou o coro “Legalidade, legalidade”. Loretta expôs o que os comunistas do PC do B pretendem com a candidatura Tancredo Neves: um governo que garanta a soberania do país, rompendo os acordos com o FMI, garantindo emprego e salários

dignos, suspendendo o pagamento da dívida externa, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte para 1986 com plena liberdade de organização partidária.

PRESEÇA AMPLA

O final do encontro evidenciou que o apoio à candidatura única das oposições galvaniza os mais amplos setores populares e democráticos. Entre dezenas de representantes de entidades, compuseram a mesa da plenária final as mais destacadas lideranças políticas do PMDB baiano: o presidente regional, Marcelo Cordeiro, o líder na Assembleia Legislativa, Filemon Matos, o líder na Câmara dos Vereadores de Salvador, Fernando Schmidt, o presidente de honra, Rômulo Almeida, os deputados federais Virgildásio Sena, Fernando Santana e Haroldo Lima. Presentes também representantes de organizações ainda na ilegalidade: Pêricles de Souza, pelo PC do B, Roberto Argolo, pelo PCB, e Jairo Santos, pelo MR-8.

Na opinião do presidente regional do PMDB, deputado Marcelo Cordeiro, a Assembleia Popular e Democrática foi um dos acontecimentos mais significativos da vida política do Estado, “assinalando o envolvimento consciente, organizado e unitário das forças populares da Bahia no processo de sucessão presidencial”.

Fora do tom ficou o presidente regional do PT, Edval Passos, que fez parte da mesa final e discursou. Edval Passos insistiu em defender a não-participação no Colégio Eleitoral. Por respeito a um convidado, o povo presente não o vaiou, com poucas exceções. Mas não houve aplausos.

AGORA, RETOMAR AS RUAS

As deliberações da Assembleia, aprovadas por aclamação, foram entregues ao governador Tancredo Neves quarta-feira, em Belo Horizonte, por uma comissão de sindicalistas e políticos. Em telegrama à Assembleia, o governador mineiro elogiou a iniciativa e solidarizou-se com ela. Agora, segundo os participantes, o próximo passo é colocar nas ruas a campanha para a Presidência, com Tancredo como candidato único, sem abrir mão das diretas-já, mas sem deixar de preparar-se para derrotar o regime do coronelismo, caso seja necessário. (da sucursal)

O povo também tem o que dizer

Com um caráter marcadamente popular e massivo, a assembleia realizada no Cine Roma, Salvador, apresenta duas importantes lições. Em primeiro lugar, destacou a importância, a necessidade e a viabilidade da união de todas as forças que se opõem ao atual regime, como o caminho mais eficiente para derrotar o sistema de arbitrio e opressão. Neste sentido, destaca-se a participação inclusive de um vereador do PDS. Mas há uma segunda lição, sem dúvida a mais importante. Ao deixar claro que os setores populares e democráticos esperam que o governador Tancredo Neves assuma de público os compromissos definidos por encontros com este caráter em todo o país — e, mais do que isto, cumpra efetivamente tais compromissos —, a Assembleia Popular e Democrática da Bahia evidenciou que as forças do povo estão dispostas a travar todas as batalhas que se fizerem necessárias, desde que tenham a garantia de que isso levará efetivamente à conquista das mudanças exigidas pela nação.

“PERFIL DO VICE”

O tom geral do encontro de Salvador foi dado por uma faixa aberta no seu encerramento: “Tancredo, Pra Mudar”. Ele também fica claro neste trecho das Resoluções da Assembleia: “Um explícito e público compromisso do candidato único das oposições com essas reivindicações mínimas do povo brasileiro, referendadas e fortalecidas pelas resoluções de diferentes Assembleias Populares e Democráticas realizadas em todo o país, tornará esse candidato autêntico merecedor do apoio das forças populares e democráticas, que estarão permanentemente mobilizadas para cobrar do candidato o cumprimento desses compromissos”.

A Assembleia também se posicionou sobre a importante questão da vice-presidência na chapa oposicionista. Aprovou por aclamação duas moções, apresentadas pelos deputados Luiz Nova e Colbert Martins, definindo o perfil que os setores populares esperam do candidato a vice e desaprovando a indicação do senador José Sarney para este posto.

De acordo com as moções aprovadas, o vice-presidente deve ser um nome identificado com a luta geral do povo brasileiro pelo fim do regime e pela democracia. “Deve ser um nome que represente a história das lutas do povo brasileiro contra o arbitrio e a opressão. Um nome de efetiva ruptura com o atual estado de coisas”, diz o texto da moção de Luiz Nova, agregando que o senador Sarney não se identifica com esse perfil.

Além disso a Assembleia rejeitou o loteamento de Ministérios e outros cargos importantes da administração federal entre as forças mais conservadoras, hoje incorporadas à Frente Liberal.

COMITÊ DE MOBILIZAÇÃO

Essas resoluções demonstram que os setores populares, embora concordem com a participação de membros da Frente Liberal no futuro governo, esperam que a composição desse governo reflita as diferentes forças políticas e sociais que o sustentaram.

Uma das mais importantes decisões do encontro foi a constituição de um Comitê de Mobilização Popular e Democrática da Bahia, com o papel não só de dar apoio político e popular à candidatura Tancredo Neves mas também de manter uma permanente mobilização do povo para cobrar do futuro governo o cumprimento dos compromissos firmados na campanha eleitoral. A formação de comitês como este em todo o país será fundamental para garantir a presença popular, não só na campanha mas também no funcionamento do futuro governo.

PELA UNIDADE POPULAR

Ao definir os pontos fundamentais que precisam constar no programa mínimo do governo de transição, formar o Comitê de Mobilização Popular e traçar o perfil do vice-presidente na chapa oposicionista, o movimento popular e democrático da Bahia deu uma grande contribuição para o avanço da luta do povo brasileiro pelo fim do regime. Foi uma contribuição prática à construção da efetiva unidade popular, condição essencial para garantir as mudanças que a nação exige. (Módulo de Documentação da Fundação Maurício Grabois)

Frente Municipalista exige oposição firme ao regime

O candidato das oposições a presidente da República, Tancredo Neves, recebeu um vigoroso apoio da Frente Municipalista terça-feira passada na Assembléia Legislativa de São Paulo. Mais de 1.500 prefeitos e vereadores de todo o país participaram do encontro, onde predominou um forte espírito oposicionista e sobressaiu a necessidade de jogar a campanha nas ruas.

“Não basta que elejamos dentro das forças democráticas do país um de seus representantes para dirigir a Nação”, disse Tancredo Neves no discurso que dirigiu aos malufistas. “É muito importante que saia um presidente da República do povo, prestigiado pelo povo, sustentado pelo povo e inspirado pelo povo”, ressaltou.

“É igualmente importante e necessário que tenhamos uma Constituinte, para dar ao país uma nova Constituição. Uma Constituição dinâmica, moderna e profundamente huma-

na, onde estejam garantidos os direitos e as liberdades democráticas, especialmente a eleição direta do presidente da República”, salientou ainda.

MUDAR O REGIME

Já o líder da Frente Municipalista e vice-governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, assegurou que o governo oposicionista “será pressionado por todos nós do PMDB e, em particular, pelos prefeitos e vereadores, para que proceda as mudanças de que o país precisa; para acabar com esse regime incompetente e corrupto de 64”.

Quêrcia lembrou que não existem possibilidades de que Tancredo faça um governo “que não tenha caráter oposicionista”. A Frente Municipalista sugeriu um programa mínimo ao candidato, que prevê, entre outras medidas, a convocação da Constituinte, o rompimento dos acordos com o FMI, a realização da Reforma Tributária e a garantia de amplas liberdades políticas.

ROMPER COM O FMI

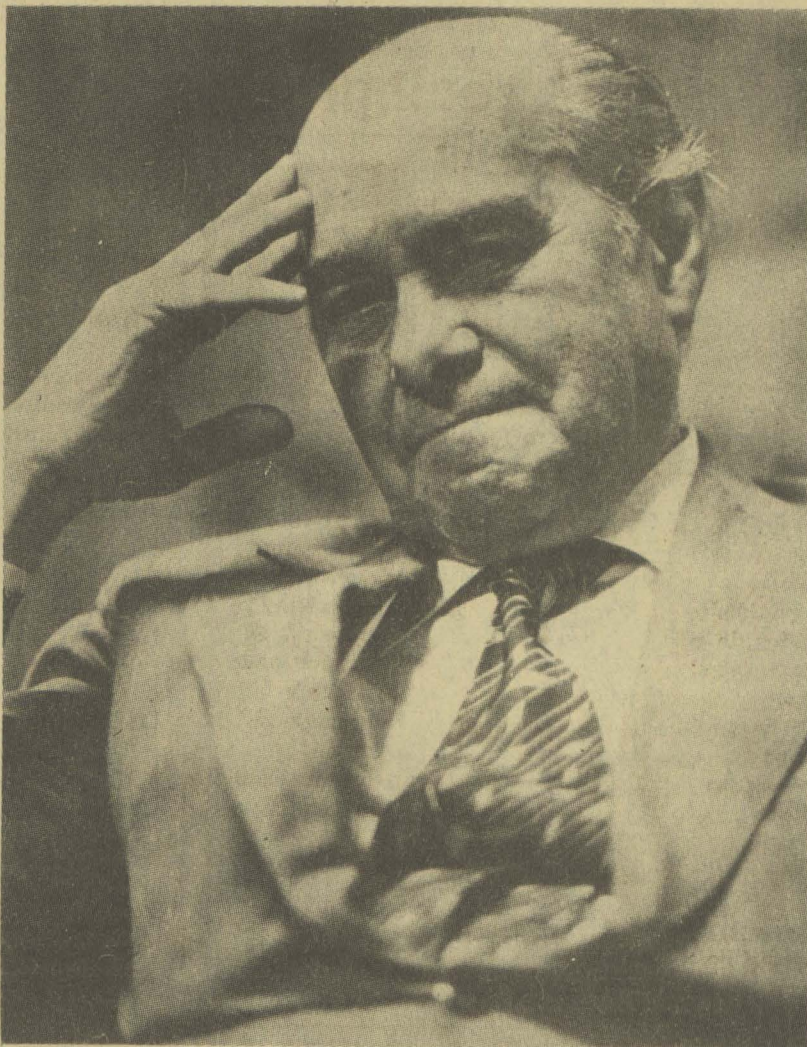
O senador Severo Gomes (SP) defendeu uma reformulação radical no modelo econômico do país. É uma condição preliminar “o rompimento com o FMI”, afirmou. “Qualquer presidente da República, para retomar o desenvolvimento, combater o desemprego, resolver o problema da fome e restaurar a soberania nacional, só poderá fazer isso rompendo com o FMI,

mesmo porque não existem outras alternativas”.

Da mesma forma, o governador Franco Montoro considerou “uma vergonha nacional o fato do Palácio do Planalto estar sendo ocupado por pessoas que mais parecem representantes do FMI. É com a fome e a miséria do povo brasileiro que estamos pagando a dívida externa. Precisamos acabar com essa dependência externa”.

Entre os prefeitos e vereadores predominava, da mesma forma, um grande sentimento de revolta contra o regime militar. “Nós lutamos e continuamos lutando pelas diretas, mas, se não for possível alcançá-las, vamos para o Colégio com um candidato comprometido com a mudança, com a Constituinte, a Reforma Tributária e com a democratização do país”, disse à TO o prefeito de Bocaina (SP), Alfredo Sormoni (PMDB).

“O governo oposicionista terá de romper os acordos com o FMI e suspender o pagamento da dívida”, acrescentou Sormoni. Já o vereador do PMDB de Taguaritinga (SP), Cicero Pereira dos Santos, lembrou que “a campanha do candidato das oposições deve ir imediatamente para as ruas. Até há pouco tempo eu era contra o candidato único por entender que só podíamos aceitar as diretas. Hoje compreendo que seria um crime entregar o país nas mãos do Maluf”. Foram bastante aplaudidos os discursos do deputado estadual do Maranhão, Haroldo Sabóia, e do prefeito de Guarapuava (PR), Nivaldo Passos Kruger, condenando a indicação do senador José Sarney para vice-presidente na chapa de Tancredo Neves.



Tancredo Neves sofre pressões para definir o caráter de seu governo

Pressão popular na batalha pela sucessão

O processo sucessório colocou Tancredo Neves como o candidato à Presidência da República capaz de unir a mais ampla frente oposicionista para derrotar o continuísmo do regime. Mas como representante de forças tão diversas é alvo das mais variadas pressões. É assediado pelos setores mais conservadores, recém egressos do PDS, assim como pelas massas populares, interessadas em profundas transformações no país.

No momento é a Frente Liberal que age com mais desenvoltura. O povo ainda exerce uma pressão menor do que a realidade exige. As assembleias populares em Alagoas e na Bahia (ver pág. 3) indicam um rumo, mas para cumprir papel de maior destaque precisam espalhar-se por todo o país e ampliar em muito a participação das massas.

A burguesia tem mais experiência política, goza de maiores facilidades para se organizar e disputar posições no poder. Setores significativos que até há pouco sustentavam o regime perceberam que este barco vai a pique — tanto pelo fracasso de suas orientações como pela incontornável maré oposicionista e popular em ascensão. Em função disto, estes segmentos tratam de acoplar-se ao candidato único das oposições, rompendo com o sistema vigente mas, ao mesmo tempo, buscando formas de moderar ao máximo as mudanças a serem efetuadas — e de manter as posições que galgaram durante o tempo em que estavam arrigados nas hostes governistas.

O fato da sucessão não ser via eleições diretas facilita estas pressões conservadoras. A presença do povo não é tão essencial para vencer o candidato governista, uma vez que a composição que está sendo forjada seria capaz de garantir maioria no Colégio Eleitoral. Entretanto, Tancredo e mesmo os dirigentes da Frente Liberal sabem muito bem que hoje é impossível governar o país sem o apoio popular. Mesmo a contragosto terão que ouvir os trabalhadores.

RECADO DA GRANDE BURGUESIA

Abílio Diniz, dirigente do poderoso grupo Pão de Açúcar, dando o recado da grande burguesia, afirmou recentemente que não há necessidade do governo romper com o FMI. “Há sim — disse ele — necessidade de impor ao FMI a nossa política econômica e não aceitar a política imposta pelo Fundo”. Só não disse como se realiza a tal mágica de impor a “nossa política” quando o país deve 100 bilhões de dólares aos banqueiros internacionais.

Nos pronunciamentos de Tancredo fica evidente a influência destas pressões. Numa ocasião ele declarou que “o rompimento com as regras impostas pelo FMI está implícito na minha plataforma”. Noutra oportunidade, muito minerantemente, disse que em relação à dívida externa defende “negociações amplas e firmes”.

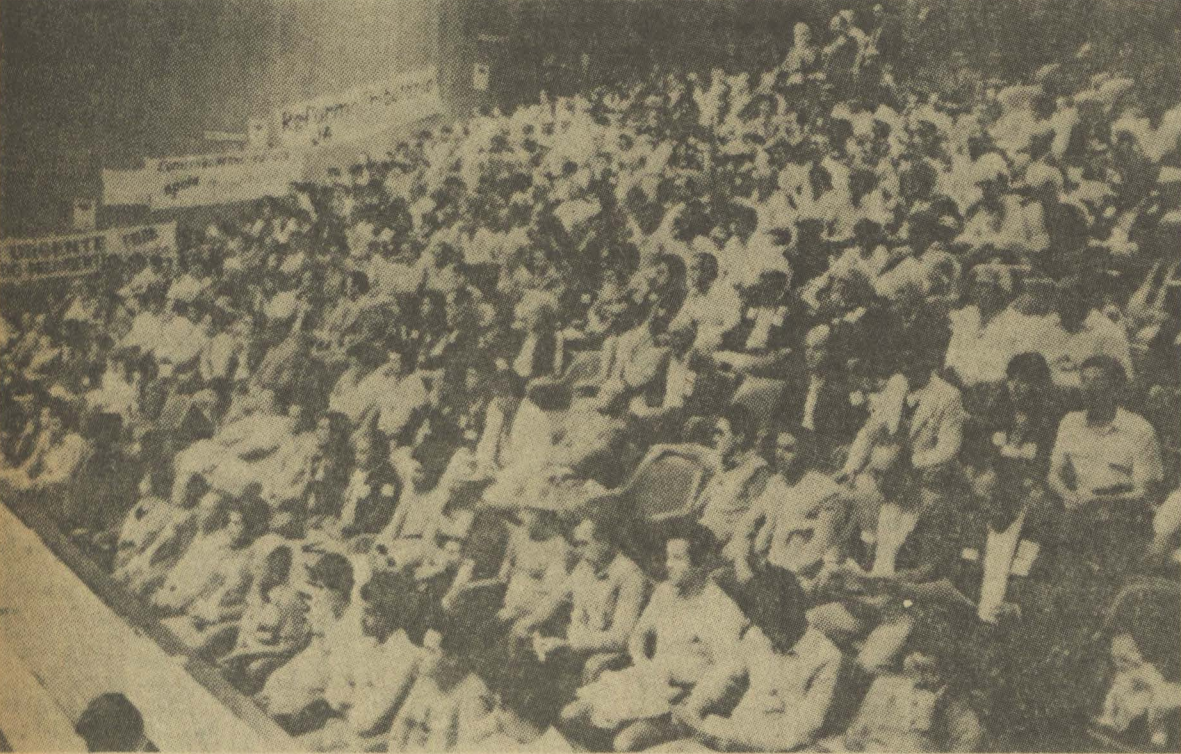
encontro com os municipalistas em São Paulo contornou a questão. Pronunciou-se em defesa da soberania mas contra o rompimento com o FMI enquanto organismo internacional. Evitou falar sobre os acordos atuais: Só a pressão popular pode forçar definições precisas sobre esta questão da mais alta importância.

Em relação à Constituinte também o candidato tem feito declarações favoráveis mas pouco conclusivas. O povo exige que em 1986 seja eleita uma Assembleia com poderes explícitos para formular uma nova Constituição, de caráter democrático, substituindo a atual, que além de profundamente autoritária, de inspiração fascista, tornou-se uma colcha de retalhos, cheia de emendas de acordo com os interesses imediatos dos donos do poder ao longo destes anos de ditadura. Além disto, para ser de fato democrática, esta assembleia deve contar com representantes das mais variadas correntes políticas, eleitos livremente. A legalização de todos os partidos até hoje mantidos arbitrariamente fora da lei é uma imposição do processo político que não pode ser contornada com formulações vagas.

Com corolário destas pressões, assiste-se à imposição do nome de José Sarney como vice de Tancredo, representando a Frente Liberal. É aceitável que a Frente indique o vice. Mas a vibrante campanha de massas em prol das diretas-já, que inclusive forçou a desagregação do PDS, coloca como exigência para a continuidade do espírito oposicionista do movimento político em curso, um vice que não seja tão identificado com o regime como Sarney, até recentemente presidente do PDS e expoente do governo no combate à emenda Dante de Oliveira.

Todo este processo mostra não a necessidade do povo se abster, como pregam as correntes; mais sectárias. Urge é multiplicar a organização do povo e a realização de assembleias populares nos grandes centros políticos e em todo o país para fazer ouvir o grito de liberdade e para imprimir à campanha eleitoral a marca decidida da oposição e da luta sem tréguas para julgar e condenar o regime militar.

Sem romper a ampla coalizão oposicionista em formação, o povo precisa dizer bem alto que o que está na ordem do dia é um novo regime e não retrocesso. O Brasil precisa ser criado em 20 anos de tutela militar. (Rogério Lustosa)



Diante do auditório lotado, Tancredo lembrou que precisa do apoio e da sustentação do povo

De onde surgiu a Frente Liberal

O movimento da Frente Liberal, grupo dissidente do PDS disposto a apoiar o candidato de oposição no Colégio Eleitoral, deixa claro a deterioração da base de sustentação política do regime militar. Existe em função do agravamento das divergências internas, que o general Figueiredo não soube ou não pôde evitar, e do crescimento do movimento popular, que levou os partidos oposicionistas à vitória nas eleições de 1982 e produziu as grandes manifestações da campanha pelas diretas-já.

A perda do governo de dez Estados da Federação, entre os quais os de maior peso político e econômico, foi um rude golpe, do qual o PDS não conseguiu mais se recuperar. Acostumados a fazer política contando com os favores do governo, os deputados do PDS passaram a exigir do Planalto atenções redobradas, capazes de garantir sua sobrevivência política. Oito meses depois do pleito de novembro, em julho do ano passado, o não atendimento dessas reivindicações pelo governo federal levou um grupo de deputados federais a lançar uma chapa, a Participação, ao Diretório Nacional, obtendo número suficiente de votos para participar da direção do PDS. Estavam lançadas as bases do grupo dissidente.

AO LADO DA OPOSIÇÃO

A dissidência do PDS ficou ao lado da oposição no Congresso pela primeira vez durante a votação do decreto-lei 2.024, que limitava os reajustes salariais, e foi derrotado. Insatisfeitos com o governo federal, os dissidentes não viram motivo para apoiá-lo diante de medida tão impopular. Na votação do decreto-lei 2.065, o governo reunificou seu partido pela força, adotando medidas de emergência em Brasília e fechando questão no PDS em favor do decreto de arrocho salarial.

A aliança parlamentar da dissidência com a oposição ressurgiu mais forte na mobilização pelas diretas-já. Reuniu 55 deputados do PDS a favor da emenda Dante de Oliveira, inclusive alguns malufistas atemorizados com a força da campanha popular. A votação das diretas-já definiu forças no Congresso Nacional: oposições e dissidentes contra malufistas e elementos fiéis ao go-

verno Figueiredo, que queriam o continuísmo do regime militar. A partir daí, acelerou-se o processo de formação da Frente Liberal e a desagregação do PDS.

A Frente Liberal agrupa aqueles que, além de discordar da orientação dada ao processo político pelo general Figueiredo, não aceitam a candidatura de deputado Paulo Maluf. Encabeçam o movimento políticos de expressão nacional, como o vice-presidente Aureliano Chaves e o senador Marco Maciel. Segundo cálculos da própria Frente, ela conta hoje com 63 votos no Colégio Eleitoral, só de deputados federais e senadores, sem computar os demais votos dos delegados estaduais.

ANTI-PAULO MALUF

O ex-presidente do PDS, senador José Sarney, também aderiu à dissidência por causa de Maluf: é que no Maranhão, Estado que o senador controlou com mão de ferro durante todo período da ditadura militar, Maluf constituiu-se numa grave ameaça. O grupo rival de Sarney, liderado pelo senador Alexandre Costa, é malufista.

Dessa maneira explica-se a insistência da Frente Liberal em indicar o senador Sarney para ocupar a vice-presidência e reivindicar que nomes como os de Gonzaga Mota e Marco Maciel ocupem cargos importantes no futuro governo. Assim eles estariam votando na oposição, mas garantindo um

espaço político próprio no futuro.

SOMA CONTRA O REGIME

A escolha do rótulo de “Liberal” tem para os dissidentes uma conotação especial. Eles se incluem assim entre os que são contra o reacionarismo malufista e que aceitam as mudanças reivindicadas pela população. Mas almejam manter a direção do processo político sob seu controle, em suas mãos. Os integrantes da Frente Liberal somam forças com a oposição contra o regime militar, mas pressionam o governador Tancredo Neves a atuar dentro de seus parâmetros na presidência da República. Aspiram formar, com setores moderados do PMDB, um partido de centro que seria base de sustentação política do novo regime que desejam para o país. Cabe aos setores populares e democráticos manter a sua permanente mobilização para influir no programa do futuro governo, cobrar o cumprimento dos compromissos firmados e evitar que os setores mais conservadores deem o tom ao movimento. (Lúcia D’Alto)



Membros da direção do PMDB e da Frente Liberal se reúnem: como derrotar o governo?



Centro de Documentação e Memória Fundição Nacional

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Não é fácil um novo golpe

Diante da possibilidade concreta de derrota do regime no processo sucessório, vez por outra aparecem dúvidas entre os democratas sobre o perigo de um novo golpe para manter o poder nas mãos dos generais. Não é de se descartar esta hipótese. Mas são bastante desfavoráveis as condições concretas para a sua realização.

SITUAÇÃO EM 1964

Difícilmente um golpe militar tem condições de sucesso com o apoio exclusivo nas baionetas. Em geral estas agressões à democracia aproveitam-se de condições políticas tais, em que é possível ao menos neutralizar politicamente setores significativos das forças populares.

Em 1964, por exemplo, o governo constitucional de Goulart passava por um profundo descrédito junto às massas devido às suas vacilações ao enfrentar os graves problemas econômicos e sociais. Em vez de ousadia na mobilização popular para enfrentar a sabotagem e as pressões imperialistas e da reação interna, o governo tentava combinar o atendimento parcial de algumas reivindicações dos trabalhadores com concessões ao capital estrangeiro e à grande burguesia.

Paralelamente a isto, o partido revisionista, então dirigido por Luís Carlos Prestes, desarmava o espírito revolucionário das massas semeando ilusões reformistas e pacifistas. Às vésperas do golpe, Prestes falou à imprensa afirmando categoricamente que “a reação estava de dentes quebrados”. Dizia ainda que o “dispositivo militar” montado pelo governo tinha condições de desbaratar qualquer tentativa golpista.

CONDIÇÕES DIFERENTES

O imperialismo estava com as mãos livres para agir. O estopim imediato para o golpe foi a provocação entre os marinheiros, encabeçada pelo tristemente famoso cabo Anselmo sob orientação habilidosa da CIA. Desta forma os golpistas assustaram os elementos vacilantes com o fantasma da “insubordinação” nas Forças Armadas, uniram os indecisos com as promessas de moralização da administração pública e de combate à inflação, aproveitaram-se do imobilismo das massas anestesiadas pela pregação revisionista. Para completar o quadro, favoreceram-se ainda da fragilidade do governo Goulart, que não teve coragem mais uma vez de conchamar o povo à resistência, alegando “evitar o derramamento de sangue”.

Evidentemente as condições atuais diferem em muito das existentes em 1964. O povo assistiu à falência de todos os planos e promessas dos generais. Os antigos defensores da moralidade pública ganham de longe qualquer competição de corrupção. A inflação bateu todos os recordes. O derramamento de sangue que a capitulação de Goulart queria evitar acabou se transformando num pesadelo de perseguições, prisões, torturas e assassinatos. Os golpistas e o regime militar por eles instalado alcançaram um grau de isolamento e de desmoralização impressionante. As ilusões reformistas estão sendo desmascaradas dia a dia pelos fatos. As massas se mobilizam e tomam consciência de que sua presença no combate é indispensável.

AVENTURA PERIGOSA

Nestas circunstâncias, embora seja possível um recurso desesperado dos generais à força bruta, é pouco provável que uma aventura deste tipo tenha condições de se manter por mais tempo. A possibilidade maior é que em prazo curto, se for tentada, se transforme num retumbante fracasso, com consequências severas para seus autores. Na situação atual do país, o povo tem condições de mobilizar-se e derrotá-la.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Revolução do PT

Francisco Weffort, secretário-geral do PT, ao prestar concurso para professor da USP, expôs de forma sistemática a sua concepção de revolução.

Para ele, revolução é criar uma democracia verdadeira. Com eleições diretas, liberdade de organização, direito de greve, independência do Judiciário e do Legislativo em relação ao Executivo — enfim, “que realize do modo mais pleno possível os princípios da democracia representativa e da democracia direta”, diz o dirigente petista.

O que faltou dizer é que estes princípios não são outros senão os da democracia burguesa, constantemente violados em nosso país — e em todo o mundo capitalista sempre que o poder burguês se vê ameaçado —, mas de qualquer forma incapazes de garantir a libertação política e social da classe operária e dos trabalhadores em geral.

Revolução não é, portanto, o que pensa o intelectual maior do PT. Revolução implica a mudança das classes no poder e, em consequência, dos princípios fundamentais que norteiam o regime.

Todo o mundo sindical brasileiro acompanhou com extraordinária atenção as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre os dias 5 e 19 de julho. Agora, contados os votos, eleita a nova direção da maior entidade de massas da nossa classe operária, é hora de esmiuçar com maior profundidade o pronunciamento das urnas.

Há vários motivos para tanto interesse. A categoria, com 330 mil operários (veja o quadro abaixo), compõe a maior concentração proletária do Brasil. O Sindicato é o mais importante do país. Suas eleições, desde 1978, têm sido sempre teatro de acaloradas disputas. As deste ano espelharam de forma concentrada uma luta entre propostas sindicais que se enfrentam também em outras entidades e no plano nacional.

As urnas deram vantagem de 3.114 votos à Chapa 1 — uma aliança englobando desde setores que já estavam na diretoria até a corrente classista que em 1981 lançou a Chapa 3, “União Metalúrgica”, de Aurélio Peres, passando por um bom número de militantes sindicais independentes. Foi um passo fundamental, num processo de mudanças que inclui mais de 200 greves nas fábricas, a Greve Geral de 21 de julho de 1983, o 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo.

Os votos, porém, mostram mais que a vitória da Chapa 1. Passado o calor da eleição, em que houve até provocações e agressões físicas, é preciso estudar mais a fundo o que disseram as urnas.

Sentimento de oposição ao governo e aos patrões dominou em toda a linha

A primeira coisa que se destaca é que os 43 mil metalúrgicos de São Paulo votaram em bloco contra o governo e a política ditada pelo FMI, contra o arrocho patronal e o odioso *facão* (demissões).

Os 22 mil votos na chapa vencedora tiveram este conteúdo. Foram votos num programa, num conjunto de nomes e numa prática de enfrentamento com os patrões e o governo. O Sindicato já vinha dando passos neste sentido. E a campanha eleitoral, com um estilo novo, empurrou no rumo do avanço, defendendo um Sindicato que seja “oposição de verdade”.

A corrente classista que integrou a Chapa 1 e não poupou esforços pela sua vitória, colaborou decisivamente para imprimir esta marca. Contudo é bom que se diga que o voto dos aposentados, tão caluniado durante a campanha, não foi de acomodamento e sim de luta, de um setor que já fez seu Congresso e até passeata contra o governo que o esfomeia.

Os 19 mil votos da chapa derrotada também foram votos contra o governo e os patrões. É verdade que foi um oposicionismo espontâneo, sem coerência, desaguando no apoio a uma chapa que pregava o plurissindicalismo, o apoliticismo, que deixava em segundo plano o combate ao governo. Mas a enorme maioria dos que votaram na Chapa 2 foi movida por um sentimento oposicionista legítimo, sadio e altamente positivo.

A Chapa 2 em certa medida se beneficiou com este estado de espírito da categoria. Tanto assim que conseguiu uma ligeira vantagem de 4,6% dos votos nas fábricas. As tabelas ao lado mostram que nos dez maiores colégios eleitorais essa diferença subiu para 13%. Nas indústrias, sobretudo as grandes indústrias onde a votação é mais política, foi mais forte o sentimento oposicionista. E como as verdadeiras diferenças de conteúdo entre as duas chapas nem sempre puderam ser amplamente debatidas na base, a Chapa 2 aproveitou-se para pescar votos.

O sentimento anti-Joaquim, em particular, foi o prato forte da Chapa 2. E rendeu muito voto, apesar das mudanças iniciadas no Sindicato de 1981 para cá. Milhares de metalúrgicos, na hora de votar, não perdoaram a ligação de Joaquim dos Santos Andrade com a longa e negra fase de apelegamento que o Sindicato sofreu até algum tempo atrás. Em vez de julgarem as chapas pelo seu conjunto e seu programa, viram apenas a imagem do Joaquinão, e votaram contra. Foi uma opção eleitoral errada, mas com base numa disposição salutar,

TABELA 1

Votos de cada parcela dos metalúrgicos de S.Paulo

DISCRIMINAÇÃO	1981 — 1º escrutínio				1981 — 2º escrutínio				1984 — 1º escrutínio				1984 — 2º escrutínio			
	Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3	Total	Chapa 1	Chapa 2	Chapa 3	Total	Chapa 1	Chapa 2	Total	Chapa 1	Chapa 2	Total		
Dez maiores colégios nas fábricas *	2.247	1.754	1.254	5.467	2.487	2.607	88	5.324	2.589	2.963	5.760	2.317	3.043	5.472		
Colégios médios e pequenos **	13.261	12.366	5.103	32.135	14.603	15.394	574	32.309	13.415	14.618	29.105	13.206	14.926	28.792		
Colégios muito pequenos ***	905	409	177	1.544	906	610	44	1.609	942	409	1.385	930	449	1.393		
Urnas dos aposentados	4.950	939	486	7.029	4.701	1.682	35	6.062	5.570	925	6.900	6.009	930	7.127		
TOTAL	21.363	15.468	7.020	46.175	22.697	20.293	741	45.304	22.516	18.915	43.050	22.462	19.348	42.774		

urnas das 10 fábricas com maior número de votantes (ver tabela abaixo), com uma média de 576 votantes por fábrica

94 urnas compreendendo 1.076 fábricas, com uma média de 27 votantes por fábrica

14 urnas votantes cobrindo centenas de oficinas e pequenas fábricas

de luta por um Sindicato forte, renovado, combativo. Este quadro coloca responsabilidades dobradas para a diretoria recém-eleita, que deverá ser empossada oficialmente dia 31 de agosto. O mandato que ela recebeu dos metalúrgicos é um mandato de mudança, de avanço. As urnas disseram bem claro que as transformações que já houve na vida do Sindicato devem ser vistas apenas como um começo. Será necessário seguir adiante, com firmeza e com rapidez, para estar à altura daquilo que a categoria está exigindo.

A situação criada pelas eleições empurra precisamente para aí.

Por um lado, o Sindicato passa a contar com uma diretoria melhor, mais ampla, mais comprometida com as fábricas, mais representativa do pensamento dos metalúrgicos, inclusive dos defensores de um sindicalismo classista. Além disso, é uma diretoria recém-eleita num processo de votação democrático, em cima de um programa de unidade e de luta.

Por outro lado, a vitória difícil tende a estimular o avanço do Sindicato, impedindo a estagnação ou os retrocessos, que seriam desastrosos. O eleitorado deixou claro que não pode haver lugar para concepções ou práticas que cheirem aos velhos tempos de peleguismo. No processo renovador, que naturalmente não se dá sem contradições, a voz oposicionista das fábricas e sobretudo das grandes fábricas soa como um impulso poderoso, de primeira qualidade.

Finalmente, greves quase diárias (veja artigo na pág. 7) salientam um terceiro fator favorável: o ascenso da luta da categoria. Ele mostra que os 330 mil metalúrgicos de São Paulo, inclusive aqueles quatro quintos que ainda não se sindicalizaram, estão interessados em dar força ao Sindicato desde que ele apareça como uma arma do seu combate.

A nova diretoria assume sem vacilar a direção das greves que se sucedem

Passada a eleição, o clima nas fábricas é de expectativa. A categoria não está dividida na base, nem há o clima de revolta com o resultado que em 1981 levou muito metalúrgico até a rasgar sua carteira de sócio. A nova diretoria assume as greves que se sucedem, inclusive em empresas onde não teve a maioria dos votos. E a base operária em greve recebe de braços abertos a direção do Sindicato. Só na cabeça dos divisionistas incorrigíveis há lugar para direções paralelas.

Agora, dependerá da direção eleita e de seus setores mais avançados transformar a expectativa que se criou em ação concreta, de massas, pelo fortalecimento do Sindicato. E pelo menos três questões se impõem desde já, exigindo respostas firmes e corajosas.

A primeira é uma linha de cristalina clareza ao enfrentar o governo e os patrões, que fique evidente para toda a categoria desde já. Dentro de um mês deverá realizar-se o 7º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo. Em seguida virá a campanha salarial, que tem sua data-base em 1º de novembro. Este será, por assim dizer, o batismo de fogo da nova diretoria, em que os metalúrgicos julgarão como está o Sindicato.

A segunda é uma atitude prática e ousada de defesa da unidade. Não basta denunciar o divisionismo. É preciso abrir de par em par as portas da entidade para que todos participem dela, independente de terem votado nessa ou naquela chapa. A unidade não exclui a luta de idéias. Mas também não admite cálculos mesquinhos nem discriminações.

A terceira é uma atenção toda especial para o enraizamento do Sindicato nas fábricas e antes de mais nada nas grandes fábricas. A parcela mais concentrada, politizada, organizada e combativa da classe operária se encontra precisamente nas grandes indústrias. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo merecerá de fato o título de Sindicato Forte na exata medida em que conquistar prestígio incontestável, bases sólidas e apoio consciente nas grandes fábricas. (Bernardo Joffily)

TABELA 2

Porcentagem de votos de cada chapa

DISCRIMINAÇÃO	CHAPA 1				CHAPA 2				CHAPA 3	
	81-1º	81-2º	84-1º	84-2º	81-1º	81-2º	84-1º	84-2º	81-1º	81-2º
Dez maiores colégios	41,1	46,7	44,9	42,3	32,1	49,0	51,4	55,6	22,9	1,7
Colégios médios e pequenos**	41,3	45,6	46,1	45,9	38,5	47,6	50,2	** 6	15,9	1,8
Colégios muito pequenos***	58,6	56,3	68,0	66,8	26,5	37,9	29,5	32,2	11,5	2,7
Urnas dos aposentados	70,4	77,5	81,9	84,3	13,3	27,7	13,6	13,0	6,9	0,6
TOTAL	46,3	50,1	52,3	52,5	33,5	44,8	43,9	45,2	15,2	1,6

TABELA 3

Porcentagem nas 10 grandes fábricas

URNA	CHAPA 1				CHAPA 2				CHAPA 3	
	81-1º	81-2º	84-1º	84-2º	81-1º	81-2º	84-1º	84-2º	81-1º	81-2º
Metal Leve	39,7	42,4	44,9	42,1	21,6	54,9	51,7	55,5	35,4	1,5
Villares	36,3	58,5	35,6	30,5	56,7	58,5	61,5	67,8	4,9	0,2
Ford	19,3	19,3	15,5	12,9	58,6	76,7	81,0	85,3	19,0	1,3
Matarazzo	66,7	74,1	73,5	65,7	13,9	24,1	25,1	32,3	16,2	0,5
Voith	37,4	41,6	61,4	62,8	26,8	48,2	32,4	34,3	32,5	5,4
Lorenzetti	57,3	58,9	66,7	65,8	30,3	37,5	30,3	32,4	7,2	0,3
Aliperti	25,1	39,6	42,2	39,6	42,8	53,8	42,8	58,9	22,6	0,9
Arno	31,2	33,5	19,5	25,5	49,9	61,6	75,3	71,2	16,2	1,9
Siemens	33,2	42,9	43,8	33,9	23,8	50,2	53,0	64,6	38,3	3,6
Solfange	41,6	49,9	46,8	33,4	13,4	45,1	49,6	63,9	41,9	2,8
TOTAL	41,1	46,7	44,9	42,3	32,1	49,0	51,4	55,6	22,9	1,7

Votos nulos e brancos:

1981 — 1. escrutínio — 3,9%

1981 — 2. escrutínio — 2,6%

1984 — 1. escrutínio — 3,5%

1984 — 2. escrutínio — 2,1%



Uma categoria como poucas

Não é leve a tarefa que recai sobre os ombros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Ele representa hoje cerca de 330 mil trabalhadores — bem menos que os 425 mil que havia antes do início da recessão.

O mais difícil, porém, é a dispersão da categoria. Das 10.400 empresas cadastradas em outubro passado, apenas 420 tinham mais de 175 trabalhadores. Destas, 96 chegavam acima dos 500 e não mais que 36 ultrapassavam mil trabalhadores. A maior delas era a Arno, com 4.048 metalúrgicos, porém distribuídos por três unidades de produção. A Villares, segunda colocada, tinha 3.483 trabalhadores e a Ford, terceira, 2.878 metalúrgicos. Uma realidade bem diferente da de

São Bernardo, por exemplo, onde apenas seis empresas concentram 50 mil metalúrgicos.

Para cobrir essas empresas, distantes até 71 quilômetros entre si, o Sindicato dividiu sua base em 13 setores, distribuindo-os entre os diretores, cada um contando com um carro equipado com aparelhagem de som. Em apenas dez meses do ano passado, estes carros rodaram 78 mil quilômetros e gastaram Cr\$ 4,3 milhões de combustível!

A dispersão da categoria resalta ainda mais a importância das grandes indústrias, que costumam funcionar como exemplo de luta para os operários de um grande número de pequenas e médias fábricas ao redor.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Metalúrgicos da Bahia rechaçam o divisionismo

Os metalúrgicos reunidos em assembléia geral decidiram pela não-participação no chamado Congresso Estadual da Classe Trabalhadora (Ceclat), que deverá realizar-se de 10 a 12 de agosto, e no chamado Congresso da CUT, programado para 24,25 e 26 de agosto. A assembléia metalúrgica entende que esses congressos têm o objetivo de aprofundar a divisão no movimento sindical e por isso não devem ser apoiados pelos operários.

Como não conseguia se impor politicamente por meio de sua integração com o movimento de massas, a CUT tenta agora burocraticamente consolidar-se por meio de uma sucessão de falsos congressos sindicais. Busca realizar os Ceclats, fundar as CUTs estaduais, e assim por diante.

Considerando ainda pequena a divisão existente nacionalmente na cúpula sindical, trabalham para transportar a divisão para os Estados e para cada sindicato. Sem se levar em conta o posicionamento contrário de dois terços das entidades presentes numa reunião estadual, inclusive a Fetag, foi convocado o Ceclat-84. Os defensores da CUT tentam repetir o feito desastroso do ano passado, quando fraudaram o congresso através da utilização dos dólares das mais corruptas e reacionárias centrais sindicais da Europa.

Foi assim que os divisionistas, capitaneados por José Novaes, levaram ao Ceclat-83 mais de 200 camponeses, num processo inteiramente desvinculado dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Uma lição que merece atenção do operário

No fraudado Ceclat-83, destruíram o organismo intersindical denominado Unidade Sindical, que representava uma experiência vitoriosa de trabalho conjunto das entidades sindicais, por mais de dois anos. Em seu lugar, inventaram o órgão denominado CUT-Bahia, composto por pessoas, marginalizando-se as entidades. O resultado foi o mais completo fracasso da CUT-Ba, que durante um ano não conseguiu nem *quorum* para se reunir, instalando a crise no movimento sindical baiano.

Assim, nada fizeram em apoio aos sindicatos em campanha sala-



OPINIÃO SINDICAL

Renildo de Souza
secretário-geral do Sindicato
dos Metalúrgicos da Bahia

rial. Nada fizeram para apoiar as oposições sindicais de motoristas e da construção civil. Nada fizeram contra os devretos-leis de arrocho salarial, inclusive na manifestação contra o 2.045. Ausentaram-se da luta pelas diretas. Nada fizeram em apoio às greves, mesmo na atual greve da UfBa. A manifestação do 1º de Maio deste ano teve de ser realizada pelo Comitê Pró-Diretas.

A CUT-Ba trouxe divisão e paralisia ao sindicalismo baiano, exatamente no momento em que os trabalhadores mais precisam de unidade e luta a fim de responder à crise e intervir na luta política em efervescência no país.

É preciso lutar pela reunificação sindical

A decisão dos operários de não participar nos referidos congressos deve ser desdobrada em ativa luta pela reunificação do movimento sindical. No episódio da assembléia metalúrgica, a divisão foi derrotada pelos operários que proclamavam com força: "Trabalhador unido, jamais será vencido!" Mesmo assim, há resistência na prática equivocada. Agora, convidam os metalúrgicos para participar do Congresso da CUT, em São Paulo, sem nenhuma despesa. Dessa forma, tentam, em vão, manipular as consciências dos operários.

Impõe-se, neste momento, a retomada da ação intersindical na Bahia. É preciso construir um lastro de luta e unidade para marcharmos rumo a um verdadeiro congresso, representativo e democrático, um congresso que sirva ao avanço do movimento sindical baiano.

Alagoanos lutam por reunificação sindical

Com a participação de 30 entidades, entre associações de classe e sindicatos da cidade e do campo, foi realizada no último dia 27, na sede do Sindicato dos Engenheiros de Alagoas, mais uma reunião plenária visando a reunificação do movimento sindical no Estado.

Convocado pela Comissão Intersindical, o encontro teve a presença dos Sindicatos dos Médicos, Jornalistas, Radialistas, Engenheiros, Bancários, da diretoria recém-eleita do Sindicato dos Metalúrgicos, da Fetag, além de oito sindicatos de trabalhadores rurais, entre outras entidades.

A unanimidade dos sindicalistas presentes fez questão de condenar a divisão do movimento sindical, reafirmando a urgente necessidade de reunificação. Como declarou o diretor do Sindicato dos Médicos, Sérgio Barroso, "esta é a única forma de enfrentar o regime militar e a grave crise econômica que tem como principais vítimas as classes trabalhadoras".

A reunião decidiu a formação de uma comissão composta por 20 entidades, que terá como missão organizar o primeiro Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras, a curto prazo, além de buscar a reunificação do movimento sindical no Estado.



Sérgio Barroso, pela unidade sindical

Presente à reunião como observador, um sindicalista ligado ao PT negou-se a participar da comissão unitária de organização do Congresso, além de reiterar que "a divisão é fato consumado". Aliás, sindicalistas ligados ao Partido dos Trabalhadores estão programando um encontro a nível estadual no início deste mês, de caráter divisionista, para fundar a Central Única — CUT — de Alagoas e enviar delegação para o congresso que deverá realizar-se em São Bernardo do Campo. (da sucursal)



Euclides Fagundes, Álvaro Gomes e Everaldo (da esq. para direita): membros da Chapa 1

Bancários baianos lançam uma chapa unitária e democrática

O Sindicato dos Bancários, um dos mais importantes do Estado da Bahia, estará realizando em outubro eleições para a renovação de sua diretoria. Visando acelerar o processo de organização e mobilização da categoria, foi lançada a Chapa 1, reunindo ativistas destacados.

A entidade representa 25 mil trabalhadores na base, dos quais 50% são sindicalizados. Há três anos, ela foi retomada das mãos de uma diretoria pelega, através de um amplo movimento de massas na categoria.

A Chapa 1 é formada pelos diretores que mais se destacaram na atual gestão, pelos ativistas que nos últimos anos organizaram as comissões de bancos e sobressairam-se no encaminhamento das lutas específicas e gerais da categoria.

Foi lançada com a característica principal de ser oposição à divisão e ao partidismo no Sindicato, segundo o diretor da atual gestão e inte-

grante da Chapa 1, Euclides Fagundes. É uma chapa de luta contra o governo e os banqueiros e que levanta como bandeira principal a unidade sindical.

Álvaro Gomes, candidato a secretário-geral pela Chapa 1, destaca que ela nasceu de várias discussões travadas pelos bancários nas comissões de banco. "Além das reuniões por banco, para combater o exclusivismo dos sindicalistas ligados ao PT, lançamos uma campanha aberta e ampla dentro da categoria para formar a chapa através de um processo amplo e democrático, que se materializou na convenção eleitoral dos bancários avaliando o processo de eleições no Sindicato. Priorizando a unidade da categoria, formulou um programa e escolheu 12 candidatos que compõem a atual chapa" — disse ele.

Álvaro Gomes, diretor do Sindicato, foi inclusive lançado candidato a presidente pelos funcionários do Bradesco em assembléia geral e por vários diretores da entidade. Abriu

mão de sua candidatura em defesa da unidade e dos interesses maiores da classe.

Candidato a secretário-geral, ele explica que a Chapa 1 vai renovar e dinamizar o Sindicato, tendo como centro de atuação a luta contra o arrocho salarial, pelo direito de greve, pela democratização do país, firmando uma posição intransigente em defesa das reivindicações dos bancários. Geraldo Boaventura, candidato à presidência, afirma que a chapa reúne os setores democráticos e combativos da militância sindical dos bancários da Bahia: "De um lado, temos um setor que só acredita no seu próprio trabalho, vinculado ao PT; de outro, temos um conjunto de pessoas independentes e de outras forças políticas que têm clareza de ver que o Sindicato não pode ser confundido com um partido político e que a diretoria deve representar todos os setores expressivos e representativos das diversas correntes de pensamento presentes na categoria". (da sucursal)

Enclat de Campinas defende unidade

A Comissão Sindical Única da região de Campinas realizou nos dias 28 e 29 de julho o IV Enclat, com a presença de 113 delegados e 12 observadores. A preocupação dominante no Encontro foi a defesa da unidade sindical e a defesa de um congresso unitário das classes trabalhadoras para a reunificação do movimento em plano nacional.

Estiveram presentes representantes dos Sindicatos dos Borracheiros, Gráficos, Químicos, Eletricistas, Médicos, Bancários, Professores, Engenheiros, Comerciantes, Ceramistas de Jundiá, Metalúrgicos de Araras, Alimentação de Rio Claro, Associação dos Docentes da Unicamp, dos Servidores Municipais de Campinas e de Americana, dos Aposentados de Jundiá.

O principal debate girou em torno da necessidade de manter a CSU independente das duas articulações sindicais existentes — CUT e Conclat —, reafirmando-se como intersindical unitária na região.

As resoluções aprovadas no Encontro confirmaram o programa mínimo dos trabalhadores e o plano mínimo de lutas e reivindicações, tirados na plenária nacional unitária do movimento sindical. Ressaltaram a importância da participação ativa do movimento sindical na luta sucessória, por um candidato único das oposições com um programa mínimo que contenha as reivindicações básicas dos trabalhadores. Nesse sentido, a CSU vai articular um encontro regional do movimento sindical e popular dos partidos de oposição e dos setores democráticos para discutir o programa do candidato único.

Com relação à unificação do movimento sindical, o documento aprovado na reunião diz que "mais do que nunca se faz necessário que os sindicatos se unifiquem para intensificar a luta. É preciso que as forças populares e democráticas estejam em permanente mobilização para barrar

as forças reacionárias... A divisão de cúpula existente hoje no sindicalismo brasileiro não interessa à classe operária e aos trabalhadores em geral".

Segundo David Zaia, presidente do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região, eleito coordenador da CSU, "o IV Enclat realizado unitariamente significou uma vitória dos trabalhadores, num momento importante que o país atravessa, em que está cada vez mais colocado o fim do regime". Ressaltou ainda que a estruturação da CSU "criará melhores condições para impulsionar as lutas dos trabalhadores, inclusive pelas eleições diretas".

David salientou ainda que a CSU tem como tarefa a "unificação do conjunto dos sindicatos da região, enfrentando o debate em torno de idéias, sem fechar a participação na entidade dos sindicatos da região que estão filiados à CUT ou ao Conclat". (da sucursal)

Leia e estude o marxismo-leninismo

A atuação dos trotskistas no PT - João Amazonas.....	Cr\$ 500,00
Pôr fim ao regime militar - João Amazonas.....	Cr\$ 200,00
Pela liberdade e pela democracia popular - J. Amazonas.....	Cr\$2.000,00
O Revisionismo chinês de Mao Tsé Tung - J. Amazonas.....	Cr\$2.000,00
Relatório ao 8º Congresso do PTA - Enver Hoxha.....	Cr\$2.000,00
Discurso aos Eleitores - Enver Hoxha.....	Cr\$1.500,00
Os comunistas e as eleições - V.I. Lênin.....	Cr\$2.000,00
Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher	
Luisa Moraes e textos de Marx, Engels, Lênin e Bebell.....	Cr\$1.500,00
Revista Princípios, nº 8.....	Cr\$2.000,00
Obras escolhidas de Marx e Engels, 3 volumes, o exemplar.....	Cr\$5.500,00
Sobre a literatura e a arte - Marx e Engels.....	Cr\$3.500,00
Manifesto do Partido Comunista - Marx e Engels.....	Cr\$2.000,00
A Ideologia Alemã - Marx e Engels.....	Cr\$4.000,00
Miséria da Filosofia - Marx.....	Cr\$5.000,00
Liberdade de Imprensa - Marx.....	Cr\$3.200,00
Trabalho Assalariado e Capital - Marx.....	Cr\$1.500,00
A origem do capital - Marx.....	Cr\$4.600,00
Anti-Dühring - Engels.....	Cr\$6.550,00
Dialética da Natureza - Engels.....	Cr\$6.370,00

A origem da família, da propriedade privada e do Estado	
Engels.....	Cr\$4.200,00
Materialismo dialético e materialismo histórico - Stálin.....	Cr\$2.000,00
Fundamentos do leninismo - Stálin.....	Cr\$4.100,00
Obras escolhidas de Lênin, 3 volumes, o exemplar.....	Cr\$7.500,00
O Estado e a revolução - Lênin.....	Cr\$4.800,00
O que fazer? - Lênin.....	Cr\$4.800,00
Sobre os sindicatos - Lênin.....	Cr\$4.800,00
O programa agrário - Lênin.....	Cr\$4.500,00
O trabalho do Partido entre as massas - Lênin.....	Cr\$4.500,00
Esquerdismo, doença infantil do comunismo - Lênin.....	Cr\$4.600,00
Imperialismo, fase superior do capitalismo - Lênin.....	Cr\$4.100,00
Como iludir o povo - Lênin.....	Cr\$1.900,00
Princípios fundamentais do marxismo - Plekânov.....	Cr\$3.100,00
Os dez dias que abalaram o mundo - John Reed.....	Cr\$7.800,00
História da AP (da JUC ao PC do B) - A. Arantes, H. Lima.....	Cr\$6.300,00
História do PC (bolchevique) da URSS, 1º fascículo.....	Cr\$2.000,00
Socialismo na Albânia - Jaime Sautchuk.....	Cr\$6.000,00
Salário, Preço e Lucro - Marx.....	Cr\$2.600,00
Do Socialismo Utopico ao Socialismo Científico - Engels.....	Cr\$3.300,00

Leia, divulgue e assine a Tribuna Operária
Talão de assinatura na página 9



Pedidos com o envio de cheque nominal, no valor da compra, para a Editora Anita Garibaldi, av. Brig. Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43. CEP 01317 - Fone 34-0689 - São Paulo - SP.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Metalúrgicos param a Acesita sem o apoio de piquetes

Os 7.100 metalúrgicos da Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita), em Timóteo, Minas Gerais, estão em greve desde o último dia 28. Trata-se da primeira paralisação na empresa nos últimos 20 anos, e os operários não precisaram sequer realizar piquetes para garantir a total adesão à greve. Os metalúrgicos exigem aumento salarial de 20%, estabilidade no emprego até o final do ano, antecipação da data-base da categoria de janeiro para novembro, entre outras reivindicações. Somente os setores essenciais da empresa continuam ativos, por decisão dos funcionários aprovada em assembléia.

A Acesita produz 1.650 toneladas de aço por dia — 30% das quais são exportadas —, o que lhe garante um faturamento de Cr\$ 2 bilhões! Os trabalhadores em greve passam o dia dentro da empresa, onde marcam o ponto e ficam reunidos, esperando o atendimento de suas exigências pelos patrões. Com os braços cruzados e as máquinas paradas.

Agricultores fazem ato pela reforma agrária em P. Alegre

Representando mais de 20 municípios da região do Alto Uruguai, 600 agricultores sem terra realizaram um ato pela reforma agrária diante do Incra em Porto Alegre, marcando a passagem do **Dia do Colono**. Os manifestantes entregaram ao órgão federal um documento em que exigem “reforma agrária já, desapropriação das terras dos grandes latifundiários e das empresas multinacionais”. Vários oradores qualificaram o Incra como sendo “destinado a favorecer apenas os grandes latifundiários e a concentração de terras”. Um trabalhador rural desabafou: “Ninguém mais está agüentando. O pessoal está estourado. Este é um alerta. Não viemos com intenção de violência, mas queremos que o Estatuto da Terra seja cumprido”. (da sucursal)

STIPDASE elege delegados sindicais em João Pessoa

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Águas e Serviços de Esgotos de João Pessoa (Stipdase) realizou, no último dia 23 de julho, eleição para a escolha de 14 delegados sindicais. Segundo o presidente da entidade, Netovitch Maia, “Cerca de 90% dos associados participaram da votação, o que fortalece o Sindicato junto às bases. A eleição direta dos delegados” — continua Netovitch — “é uma conquista importante que aumenta a ligação do Sindicato com as bases e contribui para a formação de novas lideranças”.

O delegado sindical tem estabilidade durante o período do acordo salarial e participa a cada 15 dias de reunião com a diretoria para estudo e discussão de problemas da categoria e do sindicalismo em geral.

Mulheres goianas realizam encontro em Aragarças

Realizou-se, no último dia 28, o I Encontro da Mulher do Médio Araguaia, em Aragarças, Goiás. Cerca de 150 mulheres de seis municípios da região estiveram presentes no Encontro, promovido pelo Comitê de Defesa dos Direitos da Mulher, com apoio da Prefeitura de Aragarças. Foram debatidos os seguintes temas: “A mulher e a saúde”, “A discriminação da mulher”, “Mulher e Política” e “Mulher e sua organização”. As participantes indicaram a necessidade de novos encontros, para discutir seus problemas específicos e a criação de suas entidades independentes. Como afirmou Odete Ghannan, do diretório regional do PMDB, “a organização da mulher é indispensável para que ela consiga se libertar das amarras que o capitalismo lhe impõe”. (da sucursal)

Inaugurada a nova sede da sucursal da Tribuna em Natal

Com uma palestra do deputado estadual pernambucano Luciano Siqueira, do PMDB, foi inaugurada, no dia 27 de julho, a nova sede da sucursal da **Tribuna Operária** em Natal, Rio Grande do Norte. Cerca de 60 pessoas, dentre elas os representantes de várias entidades sindicais, comunitárias e estudantis, estiveram presentes na nova sede, na avenida Presidente Bandeira, 406, sala 109 (Edifício Leite), Alecrim. No local existe um pequeno auditório, cujos bancos foram confeccionados pelos próprios tribuneiros, em mutirão. Representantes do Sindicato e Federação dos Jornalistas, Sindicato dos Empregados na Purificação e Distribuição de Água, Associação dos Sociólogos e o presidente do DCE, entre outros, estiveram presentes à inauguração da nova sede da **TO** em Natal. (da sucursal)

Nas duas últimas semanas os metalúrgicos de São Paulo voltaram a ser assunto na imprensa. Só que desta vez o motivo não eram as eleições sindicais, mas as greves no setor: uma por dia, em média. Este pique de paralisações demonstra que a categoria está unida na luta por antecipação salarial e o fim do facão e organiza-se em torno do seu Sindicato.

Em sete dias úteis, de 23 a 31 de julho, foram realizadas sete paralisações em pequenas e médias fábricas da capital, envolvendo cerca de 4.600 operários. Em todas estas greves a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos — a atual e a recém-eleita — esteve presente: realizou assembléias, acatou suas decisões, pressionou os patrões e acampou nas empresas junto com os grevistas na Semer e na Quasar.

Mesmo tendo na lembrança a acirrada disputa eleitoral de há três semanas, não se registrou nenhum incidente nas portas das fábricas paradas. Os grevistas seguem a orientação de sua entidade de classe, não colocam em dúvida sua autoridade e nem se submetem a comandos paralelos. “Não tem mais este negócio de Chapa 1 e Chapa 2”, afirma Manoel Jorge, releito diretor do Sindicato. Para ele, “agora o que vale é a unidade dos trabalhadores na luta; é a união em torno do Sindicato”. Quanto ao atual pique grevista, Jorge acredita que “tenha influência do próprio debate eleitoral. A palavra de ordem antecipação salarial-já, que nós divulgamos na campanha, está sendo levada à prática nas greves”.



Após dois dias de greve, os 1.200 operários da Semer decidiram ocupar a fábrica de fogões

OCUPAÇÃO DE FÁBRICAS

Com unidade e combatividade os operários têm conquistado algumas vitórias parciais significativas, como na Pado, na Mooca. Numa paralisação de apenas seis horas, na manhã do dia 30, os 500 grevistas conquistaram estabilidade no emprego até 31 de dezembro, aumento de salário real de 5% e mais uma antecipação de 10%. Os 350 trabalhadores da Rayton, na Lapa, cruzaram os braços e desligaram as máquinas por quatro horas, no dia 26, obrigando os patrões a concederem 30% de antecipa-

ção salarial. Na Tormec, com 390 empregados, a paralisação nos dias 23 e 24 forçou a empresa a dar 10% de aumento real nos salários, estabilidade no emprego até 3 de setembro e o não desconto das horas paradas.

Já em outras empresas tem sido necessária maior radicalização da luta devido à arrogância dos patrões. A Quasar, pequena firma com 102 operários, está ocupada desde o último dia 24. Os salários estavam atrasados desde maio e recentemente os patrões vinham retirando equipamentos da firma, numa operação descoberta pelos empregados. Temendo ficar sem emprego, sem os

salários atrasados e a indenização, foi deliberado que os grevistas vigiarão as máquinas, acampando na empresa.

Outra firma sob ocupação é a Semer, na Vila Livieiro. Para exigir a readmissão de 212 companheiros e a estabilidade, 1.200 metalúrgicos decretaram greve no dia 30. Frente à intransigência patronal, os grevistas decidiram na terça-feira, dia 31, ocupar a fábrica. O Sindicato tem convocado empresas próximas para realizar “visitas de solidariedade”.

GREVE NA LORENZETTI
Os patrões também estão

irredutíveis na Acepam, pequena empresa com 180 funcionários, que se encontra parada desde o dia 30 — os grevistas exigem 30% de antecipação. Já os empresários da Lorenzetti, após um período de intransigência, tiveram que recuar frente à coesão dos 2.061 grevistas.

Com dois dias de paralisação (31 e 1º de agosto) os metalúrgicos conquistaram: estabilidade até 31 de dezembro; antecipação salarial de 10 a 30%, dependendo da faixa salarial; e o reconhecimento da Comissão de Fábrica. O acordo foi comemorado como uma importante vitória.

Greve por cartão de ponto na Ultragás

Depois de quatro dias de greve, os trabalhadores na entrega automática da Ultragás conseguiram forçar a empresa a instalar cartão de ponto no setor em que trabalham. A paralisação teve início na sexta-feira, 20 de julho, e foi encerrada na segunda à noite. Atingiu os terminais do Ipiranga, Mooca e Osasco e contou com a adesão de todos.

“Agora, será possível disciplinar a jornada de trabalho e pôr fim ao roubo de horas extras”, enfatizou Francisco Soares de Souza, diretor do Sindicato dos

Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de São Paulo, depois de ressaltar “a grande unidade demonstrada pelos operários durante a greve”. “**ROUBO DESCARADO**”

Atualmente, os trabalhadores da Ultragás são obrigados a realizar de cinco a seis horas extras por dia “e não recebem um só tostão por elas. É um roubo descarado”, destacou um ajudante de entrega. Um dos grevistas contou que chega “às cinco horas da manhã no trabalho e, como muitos companheiros, só saio tarde

da noite. Às vezes, os patrões exigem que a gente durma na própria empresa, onde o ambiente é imundo”.

Nos três terminais, trabalham cerca de 900 pessoas na entrega automática. “Ninguém agüenta mais, por isso, quando a greve estourou, todos aderiram”, disse Jairo Oliveira Fernandes, que há cinco anos trabalha como motorista da Ultragás no Ipiranga. “Os salários já são uma miséria”, acrescentou.

Casado e com uma filha, ele informou que “osaju-

dantes ganham Cr\$ 154 mil e os motoristas, Cr\$ 205 mil. Para sobreviver e sustentar as famílias nós temos que pedir dinheiro nas casas onde vendemos gás. Sem esmola não dá”.

O ajudante Luis Rumão Torres, 32 anos, casado e com quatro filhos, assegurou que os abusos contra os trabalhadores “não ficam apenas nas horas extras que não são pagas. A empresa costuma mandar os empregados embora sem justa causa — até quando alguém esquece de ‘fazer’ a barba, cobra por qualquer prejuízo que ocorrer na entrega, vive ameaçando todo mundo, dá advertência sem razão, não paga o repouso semanal remunerado, além de fazer vários descontos nos salários sem consultar os trabalhadores”.

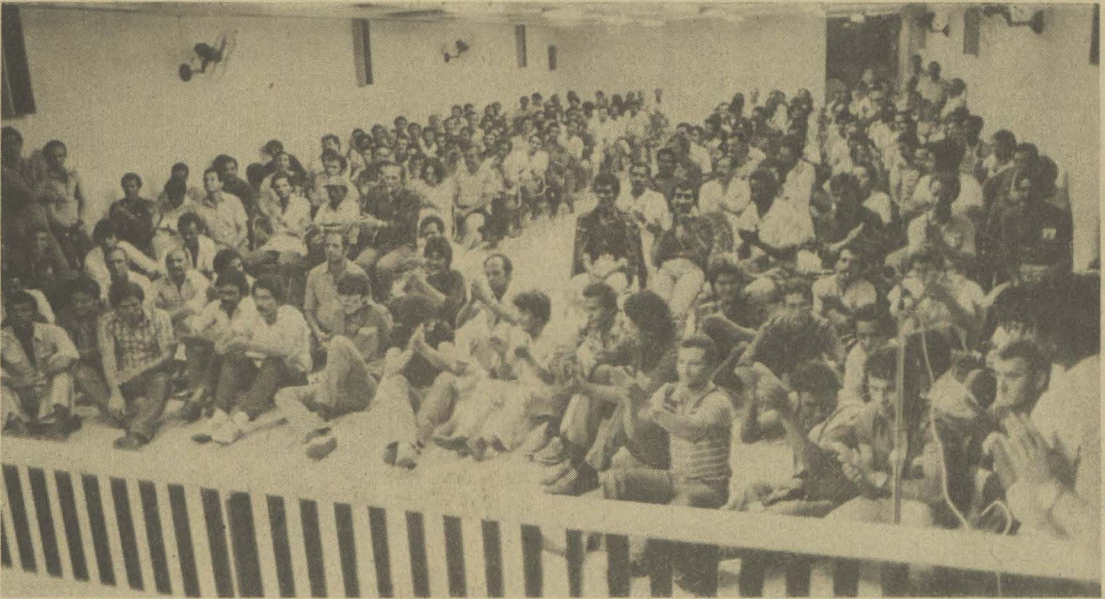
Hosano Félix da Silva, também diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Derivados do Petróleo, disse que “a Ultragás faz muitas promessas, procura iludir os operários, principalmente garantindo comissão pelas vendas, quando estabelece que depois de comercializar 130 bujões seus empregados passam a receber um prêmio extra por cada novo

bujão vendido, o que é ilusão, já que ninguém consegue vender tudo isso”.

Os trabalhadores asseguraram, ainda, que a Ultragás incentiva os vendedores de pequenos postos (que eles chamam de “piranguinhos”), “promovendo uma concorrência desleal contra nós, pois eles recebem os bujões a um preço em média Cr\$ 800,00 mais baixo e podem vender mais barato. Isso também impede que a gente possa ganhar prêmios por produção”.

A greve “foi uma resposta a tudo isso”, afirmou Francisco Soares de Souza, “Ela ajudou a melhorar o nível de consciência dos operários, forçando a empresa a recuar, prometendo instalar o cartão de ponto, pagar os quatro dias parados e não punir nenhum grevista”.

José Rodrigues de Souza, diretor do Sindicato dos Motoristas (que congrega os motoristas da Ultragás), considerou “um absurdo” chegar ao ponto dos trabalhadores realizarem greves para instalação do cartão de ponto”. Durante o movimento, a DRT ameaçou os dois sindicatos de intervenção.



O movimento elevou a consciência dos trabalhadores

Manobra esvazia encontro de bairros em Goiás

Foi realizado, nos últimos dias 28 e 29, num auditório da Universidade Católica de Goiás, o V Congresso das Associações de Moradores de Goiânia e cidades vizinhas. A Comissão Organizadora previa a participação de aproximadamente 300 delegados, no entanto, compareceram só 100 pessoas. Também as resoluções do encontro não responderam às expectativas, tratando apenas de questões específicas, sem abordar os problemas políticos que atingem todos os trabalhadores.

Do temário do encontro divulgado anteriormente constava: relacionamento

do poder público com as Associações de Moradores; experiência de luta das entidades; democratização do país; e reestruturação do Conselho Consultivo das Associações de Bairro. Mas de última hora, o presidente do CCAB, Almir Ferraz, fez uma manobra e mudou o temário, reduzindo-o a apenas dois pontos: discussão sobre o orçamento público e sobre “a intervenção dos políticos nas entidades”.

Segundo Eurípedes P. de Castro, presidente da Associação de Moradores do Conjunto Villa Sul, “a discussão de apenas estes dois pontos prejudicou o encon-

tro. Não se levou em conta a necessidade de uma discussão mais ampla dos problemas que afligem os bairros e do grave momento político, econômico e social por que passa o país, com todo o povo clamando por mudanças e pelo fim do regime militar”.

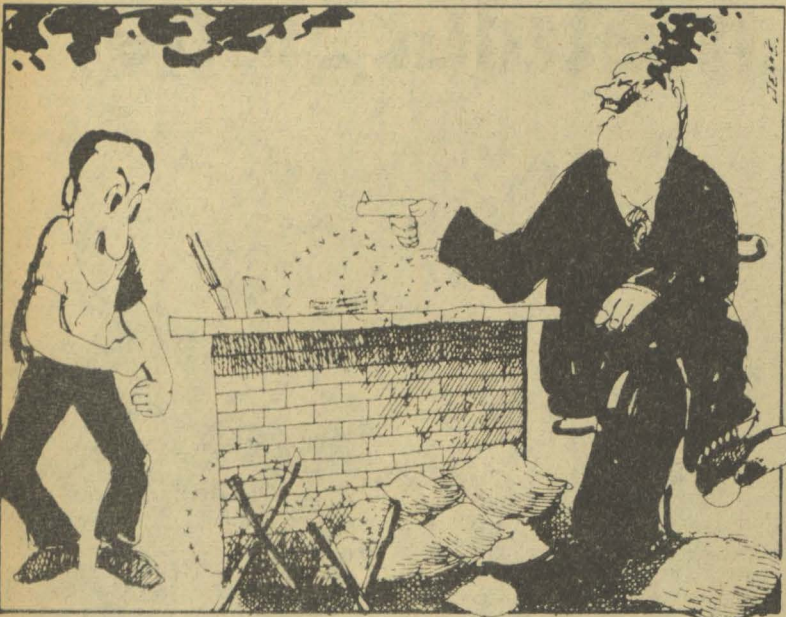
ESVAZIOU O ENCONTRO
Almir Ferraz também impossibilitou a participação de 45 delegados de entidades de bairro de Anápolis, contribuindo para esvaziar ainda mais o encontro. Surpreendendo a todos, os participantes, Almir alegou que associações do interior e não filiadas ao CCAB não

teriam direito a voto. “Isto é mais uma manobra”, contesta Sídney Pereira Lopes, presidente da Associação de Moradores do Parque Atheneu, que congrega 4 mil residências.

Em entrevista à **Tribuna Operária**, Sídney explicou sua denúncia: “O presidente do CCAB alegou que o Conselho congrega associações de bairros de Goiânia e não do interior. Mas aí existe uma incoerência muito grande. Várias associações de cidades vizinhas, como Aparecida e até mesmo da longínqua Araguaia, são filiadas ao Conselho. Isso prova a manobra realizada pelo presidente do CCAB,

que visava alijar a participação dos representantes de Anápolis no encontro”.

Eurípedes P. de Castro, do Conjunto Villa Sul, demonstra preocupação quanto ao caráter ambíguo do Conselho e defende a necessidade de uma entidade a nível estadual. Ele conclui: “É inconcebível que um movimento de tamanha importância como é o movimento das associações de bairros seja dissociado do movimento político em todo o país através, principalmente, quando aumenta a necessidade da coesão e da união de todos”. (da sucursal)



Volantes podem voltar à greve em São Manuel

Os bóias-frias de São Manuel voltaram a se movimentar em defesa de seus interesses. Representados pela comissão de trabalhadores da Usina São Manuel, eles protestaram contra as quase 300 demissões ocorridas desde o dia 10 de julho.

Segundo Jorge Maesta, líder dos trabalhadores, os empresários estão ameaçando romper o acordo firmado dia 10, pois as reivindicações eram para ser atendidas de imediato, “e até agora não tivemos assistência médica na roça, fiscalização de peso; ninguém sabe ao certo quanto ganha e não foi tomada nenhuma medida contra os gatos. Tudo isso infelizmente nos leva a continuar este movimento de clima de greve”.

Os diretores da Usina começaram a propagar uns comentários dizendo que os bóias-frias são irresponsáveis e acusar Jorge Maesta de antiprofissional, porque ele se ausentou do serviço nos dias 12, 21 e 22 de julho quando foi conversar com os cortadores de cana. Ele foi advertido duas vezes e agora está sendo barrado de entrar no caminhão por dois elementos contratados pela Usina. Os demais trabalhadores foram obrigados a assinar um documento dizendo que não aceitam a permanência

de Jorge no caminhão. O líder dos cortadores também vem sofrendo ameaças.

Foi convocada uma assembléia para o dia 29 de julho e a Usina ameaçou mandar embora quem participasse dela.

Dois vereadores se destacaram no apoio aos trabalhadores: Pedro Norival Chiarelli e Eduardo Zacho. Pedro afirmou à **TO**: “Não podemos deixar de apoiar estes trabalhadores bem como lutar para que todos os trabalhadores do Brasil se emancipem”. Já o vereador Eduardo declarou que jamais poderia apoiar os usineiros, pois estaria traindo quem o elegeu.

No entanto existem alguns traidores. É o caso do vereador peemedebista José Carlos Martins, funcionário da Usina, que tentou esfriar o movimento de apoio aos bóias-frias.

Os bóias-frias de São Manuel lutam pela formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botucatu. Mas o Sindicato de Barra Bonita, com medo de perder uma base sindical importante, vem dificultando a legalização do Sindicato, que ainda não é reconhecido pelo Ministério do Trabalho. (H.A. e P.R.S., amigos da **TO** em Botucatu - São Paulo)

Em São Manuel, os bóias-frias podem voltar a cruzar os braços. Enquanto isso, em Campos, no RJ, 40 mil volantes encontram-se em greve. Os trabalhadores agrícolas realmente se mobilizam exigindo seus direitos num movimento que teve grande pique em Guariba, São Paulo.



Em Capelinha, Minas Gerais, assalariados rurais reúnem-se para debater seus problemas e unificar reivindicações. O campo está de pé. Os trabalhadores estão cansa-

fala o POVO
dos de exploração e exigem providências imediatas. Olívia Rangel)

Assalariados agrícolas reúnem-se em Capelinha

Foi realizado, nos dias 16 e 17 de junho, o Encontro Regional de Assalariados do Alto Jequitinhonha, em Capelinha (MG), reunindo os trabalhadores das áreas do café e reflorestamento, representados pelos Sindicatos de Capelinha, Minas Novas e Itamarandiba. O Encontro teve por objetivo aprofundar o conhecimento sobre as condições de trabalho e vida dos assalariados.

Constatou-se a situação de miséria dos bóias-frias do café, em que um homem ganha Cr\$ 40 mil, a mulher 30 e os menores até Cr\$ 20 mil por mês. Um fato dramático que comoveu a todos foi contado, no Encontro, pelos trabalhadores. Trata-se da morte do menor Geraldo Roberto Miranda, de 14 anos, ocorrida no dia 31 de maio em Itamarandiba. Ele ia para o trabalho, na fazenda de Santo Antônio, desceu do caminhão para apanhar sua marmitta, que tinha caído no chão, foi atropelado violentamente por um carro que vinha em direção contrária.

Geraldo ganhava Cr\$ 1.200,00 por dia e “ajudava nas despesas em casa”. Ninguém tomou providências. No reflorestamento, os trabalhadores da Florestal Acesita S/A são obrigados a trabalhos forçados,

“além da nossa capacidade física”, como observou um trabalhador. Um exemplo é o do corte de eucaliptos. Cada trabalhador corta até 327 pés por dia.

Os trabalhadores, além disso, não participam da medição, onde quase sempre são lesados. E, apesar de tarefeiros, não ganham por tarefa. Nos fornos de carvão, os madeiros são obrigados a entrar nos fornos quentes pelos técnicos; há casos em que chegam a desmaiar. De acordo com informações de um médico que trabalha em uma dessas empresas, “o homem aqui não dura mais do que 55 anos”.

No final do Encontro, os trabalhadores presentes, por unanimidade, votaram uma moção de solidariedade à **Tribuna Operária**. O texto da moção é o seguinte: “Nós, trabalhadores e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Capelinha, Itamarandiba e Minas Novas, nos solidarizamos com a **Tribuna Operária**, vítima de um atentado fascista. A **Tribuna Operária** sempre tem aberto suas páginas para esclarecer os camponeses e os bóias-frias. Receba nossa gratidão e apoio”. (um leitor da **TO** em Minas Novas-MG)

Assembléia democrática em Itapetinga

No dia 23 de julho, foi realizada uma Assembléia Popular e Democrática estruturada e organizada pelas entidades populares e democráticas de Itapetinga com o objetivo de discutir e aprovar um documento assinado por todas as entidades presentes com um programa mínimo para o candidato único das oposições.

O evento foi bastante concorrido. Cerca de 500 pessoas participaram da assembléia. O coordenador das Associações de Bairro, Antônio Rocha, convidou, em nome das entidades organizativas do encontro, o presidente do PMDB, Izai Amorim, para dirigir os trabalhos.

O deputado estadual Luiz Nova fez um relato de todas as mobilizações que tinham como objetivo eleger um presi-

dente comprometido com o povo. Foi unânime o apoio à candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República, sendo cobrados compromissos concretos afinados com os anseios populares, como Educação. O coordenador da Prô-UMES, Jorge Ferreira, alertou para o grande desinteresse do atual governo com a Educação, com apenas 4% das verbas da União destinadas a este fim, enquanto 30% são destinados para fins militares.

O líder sindical e vereador Manoelito Chaves destacou a responsabilidade que o futuro presidente deverá ter com a categoria a que pertence, dos trabalhadores na construção civil, uma das mais afetadas pelo desemprego. (núcleo da **TO** em Itapetinga — Bahia)



O reverendo Moon agora vai pregar só na prisão...

Rev. Moon é fascista e sonega impostos

A seita do reverendo Moon faz intensa campanha anticomunista, dizendo que o comunismo ameaça a humanidade. Mas sabe-se que esta seita é que ameaça o povo brasileiro. Seus seguidores procuram se infiltrar no meio do povo, indo de casa em casa a pretexto de vender ovos, e procuram fazer a cabeça do pessoal. Nas favelas de Santo André, eles chegaram a distribuir comida para os moradores para depois fazer propaganda anticomunista. E disseram que têm 50 mil dólares para gastar nesta cruzada.

Mas os “defeitos” que eles apontam no comunismo na verdade são frutos do capitalismo, como a fome, a miséria etc. É importante ficar atento para desmascarar estes fascistas mentirosos. Eu participei pessoalmente de uma reunião da seita. Para sair tinha até que apresentar documento e explicar por que não ficou até o fim. A reunião, que durou mais de 5 horas, foi apenas de propaganda contra o comunismo. No entanto a fome e a miséria que atingem milhões de brasileiros não são fruto do comunismo e sim de um regime militar imposto em 1964 que nos levou a esta situação. (Francisco Machado — São Paulo, SP)

Obs: O reverendo Moon encontra-se preso nos Estados Unidos por sonegação de impostos. Deverá permanecer preso por 18 meses. Ele vivia numa mansão avaliada em um milhão de dólares e é dono de um luxuoso iate. Não se sabe a origem de sua fabulosa fortuna. Seus seguidores somam cerca de 3 milhões em todo o mundo. Ele tem apoio de governos fascistas como o de Pinochet, no Chile, e de Alfredo Stroessner, no Paraguai.

Passeata na Cohab de Itapevi contra aumento

No dia 16 de junho, por volta das 8h, foi realizada pela recém-eleita diretoria da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Paulista e Cohab, em Itapevi, São Paulo, uma passeata que contou com a participação de 800 moradores que protestavam contra o abusivo aumento no reajuste de prestações e a falta de infraestrutura no conjunto habitacional e no bairro Jardim Paulista.

Maciaça foi a presença das donas-de-casa, as que mais sentem na carne o resultado desses abusivos aumentos impostos por este regime militar que aceita as normas ditadas pelo monstro internacional que se chama FMI.

Em dezembro de 1983, foram entregues as primeiras unidades habitacionais, acompanhadas por um carnê de 5 prestações no valor de Cr\$ 49.637,00, sendo que a primeira venceria em fevereiro de 1984 e com a promessa de que o próximo aumento seria apenas em fevereiro de 1985. Para adquirir moradia, conforme foi publicado meses seguidos no jornal *Notícias Populares*, o mutuário deveria comprovar renda familiar de Cr\$ 194.000,00.

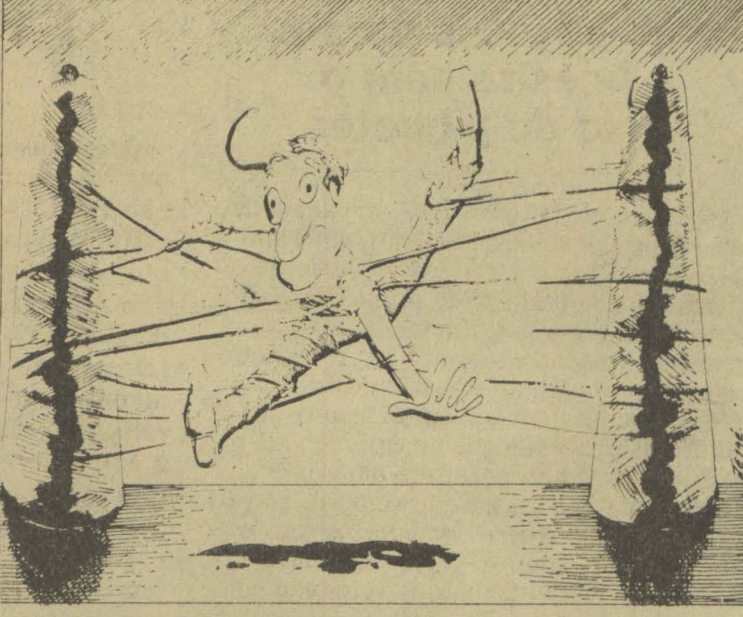
Foi uma surpresa geral quando o BNH, administrado pelo Sr. Mário Andreazza, distribuiu uma cartilha informando que os reajustes seriam de 190% a partir de julho de 1984, com o direito de o mutuário fazer uma das três opções: a) pelo SM, Cr\$ 77.181,00; b) pelo TP / SIMC / UPC Cr\$ 95.984,00; c) pelo TP / SIMC / SM Cr\$ 67.230,00. Acontece, porém,

que todas essas opções são uma verdadeira armadilha para o mutuário, pois, após escolher uma delas, depois de 2 anos irá ter um aumento na prestação muito grande. E será obrigado a voltar para a favela. Quem não fez a opção irá receber automaticamente um carnê no valor de Cr\$ 111.000,00. Ora, se os mutuários não têm condições de pagar Cr\$ 47.627,00 como irão pagar Cr\$ 111.000,00?

Com referência ao Jardim Paulista, trata-se de uma vila inteira que foi destruída pela Cohab na construção do conjunto próximo ao bairro, sendo que todos os moradores-proprietários foram obrigados a se mudar para pequenos apartamentos da companhia. E a Cohab não se preocupou em devolver suas casas e os moradores continuam pagando imposto predial.

Neste conjunto habitacional faltam iluminação pública, escolas, creches, feiras livres, ônibus, serviço de limpeza, semáforos etc. Parece uma tapera e não um conjunto habitacional.

A insensibilidade do prefeito é tão grande que ele dificilmente aparece por lá. Soube-me pelo secretário de Habitação, Arnaldo Madeira, que a verba para iluminação já se encontra com o prefeito desde março, mas ele não tem tempo para ir lá. Ele apenas começou no dia 16 de junho. Não queremos mais isso, estamos apenas exigindo nossos direitos. (J.A.R., morador — Itapevi, São Paulo)



Na Braspérrola o trabalhador não pode se alimentar

Na Braspérrola S/A, fábrica têxtil de Cariacica, Espírito Santo, os operários são proibidos de fazer a refeição durante a jornada diária de trabalho; sofrem descontos excessivos e ilegais nos salários e ainda são obrigados a se sujeitarem a outros abusos e arbitrariedades.

Segundo os trabalhadores da empresa, “todos são proibidos de levar comida para os locais de trabalho. A empresa dá folga de apenas 20 minutos e permite fazer um pequeno lanche durante a jornada. Temos de trabalhar com fome”.

Já os descontos são, em média, de 20% sobre os salários que já são magros. A maioria ganha de Cr\$ 100 a 125 mil por mês, fora os descontos. E a repressão dentro da fábrica não fica por menos.

“Basta uma pequena reclamação, ou mesmo um pedido de aumento para ser mandado embora” — diz um operário. Como consequência, todos trabalham com medo. Há, até, desconfiança mútua, pois a repressão é feroz, ninguém pode conversar direito; se se fala sobre política ou exploração na empresa, é rua na certa.

A Braspérrola produz fio e linho e exporta uma boa parte para o Japão e Itália. Possui 1.200 empregados, em quatro turnos. Como é grande o desemprego no Estado, é também grande o medo dos trabalhadores de serem despedidos. “Essa situação tem dificultado nossa organização” — afirmam. “Já pensamos em criar um comitê de fábrica; nesta campanha pelas diretas discutimos um pouco de política, mas ainda está difícil. Há também os puxa-sacos dos patrões dentro da fábrica e entre eles existem os dedeeduros, infelizmente. Por isso o trabalho é feito com muito cuidado e paciência.”

“A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis da Grande Vitória (cuja base atinge os operários da Braspérrola) está com uma atitude ainda muito passiva e na maioria das vezes em desacordo com os nossos interesses” — garantem esses operários, que explicam: “Já na greve geral do dia 21 de julho, os diretores diziam que se tratava de um movimento com o qual nós não tínhamos nada a ver. Meteram o pau na greve. Nós poderíamos até não participar — como ocorreu. Mas era preciso discuti-la em assembléia para que todos tivessem conhecimento do que está ocorrendo no país”. Apesar disso há confiança: “Haveremos de nos organizar melhor e então mostraremos aos patrões que, unidos, somos fortes. Só assim seremos respeitados”. (núcleo de apoio à **TO** — Vitória, Espírito Santo)



Mulheres faveladas do RJ realizam encontro

No dia 14 de julho, realizou-se o Encontro de Mulheres Faveladas da Zona Sul do Rio de Janeiro, no Vidigal. O Encontro foi promovido pela Associação dos Moradores do Vidigal, pela Unicef e pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher da Pontifícia Universidade Católica do Rio.

Mais de 60 mulheres se reuniram para discutir as questões que mais afligem as faveladas e apresentaram os trabalhos realizados por elas em suas comunidades.

Foram marcantes os depoimentos das mulheres da Rocinha, da Chácara do Céu e do Vidigal. Essas mulheres discutiram temas como saúde, educação, trabalho, posse da terra e carnestia. Como conclusão elas decidiram continuar a luta por melhores condições de vida, tais como moradia, creches, redes de luz, esgoto e água. (Grupo de vendas da **TO** no Catete e Flamengo — Rio de Janeiro)

Comerciários elegem diretoria combativa

Depois de 20 anos, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio (nomeada) vai deixar seu cargo. Foram vinte anos de atrelamento à classe patronal, nos quais quase nada foi feito em prol dos trabalhadores do comércio.

No primeiro escrutínio, a Chapa 2, de oposição, encabeçada por Paulo Leonilda e Neri, já havia ganhado por 74 votos, mas sem atingir os dois terços. No dia 26 de julho, realizou-se o segundo escrutínio no qual, mais uma vez, os comerciários manifestaram sua vontade de mudan-

dança, pois a diferença de 74 subiu para 96 votos. A Chapa 1 conseguiu 228 votos, enquanto a Chapa 2 ganhava com 324 votos.

Dentre os eixos de luta da Chapa 2 destacam-se: Sindicato aberto à noite; luta por melhores salários; sindicalizar todos os comerciários; melhor assistência médica e odontológica; ampliar o departamento jurídico; contra o trabalho nos fins de semana e contra o trabalho extra-horário. (Emerson, tribuneiro de vendas da **TO** no Rio Grande do Sul)

A arte e resistência de Saulo Laranjeiras

Saulo Laranjeiras é um mineiro de Pedra Azul, Vale do Jequitinhonha, que há vários anos desenvolve trabalhos com folclore, teatro e música. De sua trajetória constam a participação no Grupo Incari, com Dêrcio, Doroty e Darlan Marques e Zé Gomes; a fundação do Centro Cultural Fulô da Laranjeira, em São Paulo; a participação no show "Das terras do Benvirá", de Geraldo Vandré etc. Nesta entrevista à *Tribuna Operária*, Saulo fala de sua arte e da cultura brasileira.

TO — Como você vê a realidade do Brasil? Como tem participado dela?
Saulo — Meu trabalho é muito brasileiro. Procuro fazer um trabalho de muita autenticidade, e com isto contribuo com a memória nacional. Não é nacionalismo, mas uma forma de tomar consciência de uma cultura, uma história, e daí escolher o que é melhor para nós. Minha posição é a própria proposta de trabalho, que encaixa em qualquer movimento político — pelo menos no que toca à cultura brasileira.
TO — Como vê a realidade cultural do Vale do Jequitinhonha hoje?

Saulo — Acho que num certo sentido o pessoal do Vale tem sido para Minas assim como os baianos para o Brasil. Acho que tem um peso grande. Em se falando de artesanato, tem uma importância que extravasa Minas Gerais. Quanto à musicalidade, tem valores importantes. Sempre me utilizo do Vale como fonte de inspiração. É com esta fonte, com esta ligação que me sinto forte e conseqüente para fazer um trabalho de arte.
TO — Qual sua opinião sobre o trabalho com arte popular hoje?
Saulo — Quando comecei meu trabalho, foi pegando o fol-

clore do Brasil. No grupo Incaro, trabalhávamos com o folclore brasileiro e latino-americano. Nessa época desmontaram o Dêrcio Marques, a Irene Portela. Quando apareceu o Marcos Pereira, ele sacudiu um pouco a emoção do brasileiro perante sua própria cultura. Este fenômeno de volta às raízes foi de uma plenitude muito grande. Neste processo, os brasileiros compreenderam inclusive a importância da música latino-americana. Agora, estou sentindo que não é mais possível levar o folclore de maneira tão simplória. A gente tem que achar uma linguagem diferente. Hoje o enxame de músicas estrangeiras torna a briga muito grande. A Banda de Pifanos de Caruaru, quando chegou em São Paulo, era disputada pelas pessoas, que queriam ouvi-la. Hoje ela não causa tanta emoção. As pessoas que desenvolveram um trabalho de resistência, por outro lado, ficaram mais amadurecidas, mais fortes, em melhores condições de apontar alternativas. Temos artistas muito competentes em todas as áreas.
TO — Como furar o bloqueio dos meios de divulgação, que vetam a arte popular?

Saulo — É uma situação de causas totalmente políticas. Estou com certo otimismo. Há muita gente fazendo trabalho popular, progressista. Houve uma época em que se fazia disco independente por modismo. Hoje as pessoas investem nisto como forma de defesa de um tipo de arte. Se para a imprensa alternativa se têm profissionais que fazem este jornalismo por opção, e não por não terem condições enquanto profissionais de atuar em outra área, com a arte isto também está se dando.
TO — Agora você está voltando para Minas?
Saulo — Em São Paulo eu desenvolvia um trabalho muito grande no Centro Cultural Fulô de Laranjeira, onde havia artesanato do Vale do Jequitinhonha, audiovisuais, peças teatrais etc. Foi um centro de encontros de artistas. Só que estava me consumindo muito. Agora, em Minas, faço apresentações como nas "Ondas do Jequi", no Festival, e com o Marco Antônio Araújo. (da sucursal de Belo Horizonte)



Saulo: "Temos artistas muito competentes"

Novas solidariedades para a TO

Mesmo já tendo encerrado a campanha de reconstrução da *Tribuna Operária*, continuamos recebendo solidariedade política e material contra o atentado fascista que incendiou nossa sede em abril último. A Associação dos Sociólogos do Brasil aprovou, durante o V Congresso Nacional dos Sociólogos, moção de repúdio contra os atentados à *Tribuna*, ao jornal *Hora do Povo* e à sede da Anistia Internacional, e à invasão da PM

carioca à sede do CPT naquele Estado.

Também a Associação Profissional dos Sociólogos do Paraná manifestou apoio ao nosso jornal. Recebemos ainda apoio da Federação Paraibana de Teatro Amador. O fotógrafo Alberto Diniz, do Rio de Janeiro, enviou 37 fotos para a reconstrução de nosso arquivo. Recebemos também a seguinte colaboração financeira:

Bônus vendidos no Banco do Brasil, Brasília	Cr\$ 100.000
Bônus vendidos em Cachoeiro do Itapemirim (ES)	Cr\$ 34.000
Ivani P. Mota, Londrina (PR)	Cr\$ 10.000
Coleta em Cuiabá (MT)	Cr\$ 30.000
Professor do bairro do Catete, Rio	Cr\$ 5.000
Colaboração na UFF (RJ)	Cr\$ 26.000
Bônus e contribuições (RJ)	Cr\$ 49.000

Comerciários de Nova Iguaçu (RJ)	Cr\$ 19.600
Professor, bancários, jornalistas, JB e Zona Leopoldina (RJ)	Cr\$ 121.500
Funcionários da Capemi (RJ)	Cr\$ 21.650
São Gonçalo (RJ)	Cr\$ 18.000
Assinatura de reconstrução (RJ)	Cr\$ 60.000
Contribuição de um amigo da TO	Cr\$ 20.000
Total	Cr\$ 514.750

Estudos e pesquisas no "Retrato do Brasil"

Um animado debate no auditório da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo sobre o papel dos intelectuais diante da crise, mas que terminou discutindo a candidatura única e o programa mínimo das oposições, marcou o lançamento dos fascículos iniciais da coleção "Retrato do Brasil", publicação conjunta da Editora Três/Política Editora.

"Retrato do Brasil" afirma no editorial do nº 1 que, "ao aprofundar o estudo dos grandes temas nacionais, tem o objetivo de fornecer elementos para que se eleve a compreensão popular sobre a história do país e se esclareçam os caminhos para a solução de suas grandes dificuldades".

A coleção é dirigida pelo jornalista Raimundo Pereira, ex-editor de *Veja*, *Opinião* e *Movimento*, que, ao lado de uma equipe de jornalistas e intelectuais de todo o país, pretende, no percurso de seus 43 fascículos, debater as razões pelas quais o Brasil nunca foi um país verdadeiramente independente, sempre possuidor de uma dívida externa pesada e humilhante, ou por que o Brasil nunca conheceu uma verdadeira democracia, com exceção do período 45-64, mesmo com suas crises.

O exemplar que estréia nas bancas trata da "Grande Crise" e tem como ilustração de capa uma cena da revolta dos desempregados que abalou São Paulo em abril do ano passado. O artigo de abertura



"Retrato do Brasil" já está nas bancas

da coleção procura demonstrar como o regime militar conduziu o país do buraco - de onde prometeu tirá-lo em 1964 - para o abismo - em que o enfiou em 1984.

Uma ampla articulação jornalística e empresarial propiciou a saída da publicação, que tem um conteúdo informativo sério e a preocupação com os temas candentes da situação nacional, como a de-

pendência econômica e a democratização da sociedade.

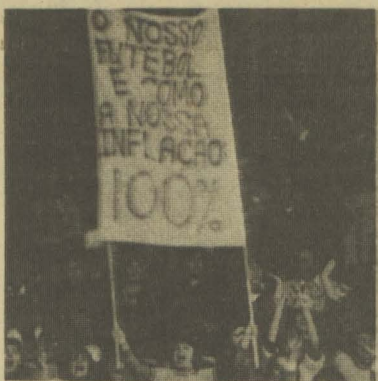
Como fonte de informação, pesquisa e jornalismo comprometido com a democratização e a independência do país, "Retrato do Brasil" deve merecer a atenção e o respeito de todos quantos batalham pela causa comum de dias melhores para o nosso povo e a nossa nação. (Aldo Rebelo)

Samba do crioulo doido no calendário de futebol

Depois de quase um século de existência repleta de conquistas e popularidade, o futebol tem à sua disposição um calendário de atividades e competições planejado com dois anos de antecedência. Permanecem ainda muitos vícios dos tempos de sórdidas trucagens. Mas pelo menos a pólvora parece que os cartolas já descobriram.

Muito se esperava da entrevista coletiva que a CBF convocou para divulgar o calendário do futebol profissional para 1985. Uma semana antes, a Associação dos Clubes Profissionais se reuniu e apresentou à CBF algumas sugestões. Em primeiro lugar, que se definissem datas e prazos para os campeonatos regionais, nacional e sul-americano que jamais coincidisse ou se alternassem com as atividades da Seleção. O Campeonato Nacional, na opinião dos dirigentes dos clubes, deveria ser disputado, no máximo, por 26 participantes, em turno e retorno, sem as custeiras e indecorosas fórmulas caça-níqueis. E, por fim, que os disputantes fossem pinçados entre os de melhor campanha nos últimos torneios regionais.

A CBF, porém, reservou surpresas para os céticos e



Cartolas descobriram a pólvora

também para os otimistas. Programou, contrariando todas as expectativas, não só o calendário do próximo ano como também o de 86. As datas de reunião da Seleção, que em 85 disputará as eliminatórias para a Copa do México, já estão definidas. E em tais períodos os clubes não terão nenhum compromisso com as competições oficiais, como há muito tempo desejavam. A Seleção terá os meses de maio e junho de 85 para treinamentos e jogos das eliminatórias. No caso de obter a classificação, o que de resto nunca foi dúvida para nenhum brasileiro, a Seleção começa a se preparar em abril de 86 para a Copa e fica reunida até o final de junho.

Os campeonatos de 85 e 86 terão vinte competidores, quantidade mais que razoável para qualquer competição que

pretenda se revestir de alguma seriedade. Mas ninguém caiu da cadeira com esses aparentes rasgos de clarividência por parte da cartolagem da CBF. Logo em seguida, ficou ressaltado que os participantes serão divididos em dois grupos na "primeira fase" do torneio. Como se vê, persistirão as fases de classificação, semifinais, finais, finalíssimas, finalmentíssimas e outras indecências. Os vinte competidores comporão a primeira divisão nacional, escolhidos mediante a pontuação que obtiveram nas campanhas de 1971 a 1984, preenchendo seis vagas para São Paulo, cinco para o Rio, duas para Minas, duas para o Rio Grande do Sul, duas para Pernambuco, uma para a Bahia, uma para Goiás, e outra para o Paraná.

Sem saber o que fazer com o último coelhinho, os cartolas apresentaram mais uma mágica. Os campeonatos regionais e o campeonato nacional serão disputados simultaneamente, alternando-se os fins de semana para as duas competições. Não se sabe quem ficará mais confuso: um jogador da Bahia querendo comer vatapá em Porto Alegre ou um torcedor do Flamengo apostando em mais um título carioca num jogo contra o São Paulo. (Jessé Madureira)

TribunaOperária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36.7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000, Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800, Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100, Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45600, Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro, Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060, Salvador: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000, Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua do Rosário, 313 - sala 206, Centro - CEP 60000, Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º an-

dar - CEP 79960, Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300, Vitória: Rua Francisco Araújo, 77 (esquina com escadaria Cleto Nunes), Centro - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000, Formoso: Rua Emílio Póvoa, sala 4 - CEP 77200, Anápolis: Rua Desembargador Jaime, 193, sala 205 - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7805 - CEP 30000, Juiz de Fora: Galeria Constança Valadarez, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.
PARÁ - Belém: Rua Aristides Lobo, 620 - Centro - CEP 66000.

PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 544 - 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000.
Campina Grande: Rua Venâncio Nelva, 318 - 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Martin Afonso, 370 - CEP 87000, Londrina: Rua Sergipe, 891 - salas 7 e 8 - CEP 86100.
PIAUI - Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130 - 3º andar - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500, Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300, Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 - CEP 90000, Caxias do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100, Pelotas: Rua Andrade Neves, 1958, sala 403 - CEP 96100, Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 125, sala 20. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 - CEP 20000, Niterói: Rua Alvaro Alvim, nº 31, sala 1801 - CEP 24000, Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000, Nova Iguaçu: Av. Marechal Flores, nº 2248, sala 4 - CEP 26000.
RORAIMA - Boa Vista: Rua Alferes Paulo Saldanha, 625 - Bairro São Francisco - CEP 69300.
SÃO PAULO - Campinas: Rua Costa Aguiar, 333, telefone 2-6345 - CEP 13100, Marília: R. Joaquim Barreto, 295 - CEP 17500, Osasco: Rua Tenente Avelar Pires de Azevedo, 25 - 2º andar, sala 12 - CEP 16000, Santo André: Travessa Lourenço Rondinelli, 35 - Centro - CEP 09000, São Bernardo do Campo: Av. José Arthur da Frota Moreira, 61 - Ferrazópolis - CEP 09000, São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar - sala 19 - Centro - CEP 12200, Taubaté: Rua Souza Alves, 632, sala 5, CEP 12100.
SERGIPE - Aracaju: Rua Araújo, 599 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Joazeiro. Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual de apoio (52 edições) ☐ Cr\$ 40.000,00
Anual comum (52 edições) ☐ Cr\$ 20.000,00
Semestral de apoio (26 edições) ☐ Cr\$ 18.700,00
Semestral comum (26 edições) ☐ Cr\$ 9.350,00
Anual para o exterior (em dólares) ☐ US\$ 70,00

NOME:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CIDADE: CEP:
ESTADO:
PROFISSÃO: DATA:/...../.....

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi, rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Preços válidos por tempo limitado. Envie hoje o seu cupom.

Receba em casa a Tribuna Operária pagando apenas Cr\$ 360 por exemplar

Quando você faz uma assinatura semestral ou anual da Tribuna, economiza mais de Cr\$ 40 por exemplar. Além disso, recebe seu jornal em casa toda semana. E ainda ajuda a imprensa operária, que depende do apoio dos trabalhadores para sobreviver e crescer. Assine a Tribuna, Franquia e envie hoje mesmo o cupom ao lado.



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Vitória dos canavieiros de Campos



Os canavieiros de Campos comemoram a vitória das suas reivindicações após dois dias de greve.

Depois de dois dias de greve, os canavieiros da região de Campos, no norte fluminense, conquistaram praticamente todas as suas reivindicações. Os trabalhadores mantiveram uma grande unidade — cerca de 80% dos 30 mil cortadores de cana aderiram à paralisação — e obrigaram os usineiros a sentarem na mesa de negociação. É a primeira greve rural no município em 30 anos.

Campos, com quase 400 mil habitantes, é mais conhecida por causa da exploração de petróleo em seu litoral. Mas até bem pouco tempo o esteio de sua economia era baseado na cana-de-açúcar, com o que trabalham cerca de 30 mil canavieiros. Seguindo o rastilho acendido em Guariba, na madrugada do dia 30 de julho, os cortadores de cana paralisaram o seu trabalho exigindo entre outras coisas o aumento do preço da cana cortada e a redução de seis para cinco linhas de corte.

Os piquetes ocuparam as pontes

No primeiro dia de greve, logo de madrugada, foram formados os primeiros piquetes nas pontes que cortam o rio Paraíba do Sul, nas saídas das favelas e nas principais estradas que dão acesso aos canaviais. O

movimento paredista se estendeu também aos municípios vizinhos de São João da Barra, Macaé, São Fidélis, Cabo Frio e Bom Jesus do Itabapoana.

Diante da disposição de luta por parte dos trabalhadores rurais e do pouco estoque de cana nos pátios das usinas, os patrões foram levados a procurar uma negociação. No segundo dia de paralisação, o sindicato patronal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e o representante dos canavieiros se reuniram na Junta de Conciliação da Justiça do Trabalho, em Campos. Praticamente todas as reivindicações dos grevistas foram atendidas pelos usineiros. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Manoel Francisco Pereira, este encontro foi de particular importância, pois há mais de 20 anos que os usineiros se recusavam a sentar na mesa de negociação.

Os trabalhadores da cana passarão a receber de Cr\$ 1.430,00 a Cr\$ 2.860,00 por tonelada de cana cortada (até então estes preços variavam de Cr\$ 800,00 a Cr\$ 1.300,00 e em alguns casos não atingia Cr\$ 500,00). Em Guariba, depois da greve e da rebelião dos cortadores de cana em maio, eles conquistaram Cr\$ 1.740,00 por tonelada de cana cortada.

As outras conquistas dos canavieiros de Campos foram: assinatura na carteira de trabalho, comprovante de pagamento de salário; ferramentas e equipamentos de proteção gratuitos; pagamento dos dias parados por motivo de saúde (até 15 dias); trabalho em cinco linhas de corte (e não mais em seis) e pagamento de 13º salário até 20 de dezembro.

Exemplo de Guariba chega até Campos

A greve dos canavieiros de Campos vem se somar à intensa mobilização dos trabalhadores volantes do campo após a revolta de Guariba. Diversos movimentos vitoriosos já ocorreram no interior de São Paulo e Goiás e agora se espalham pelos municípios do norte fluminense.

Professores e servidores dobram o MEC

Os servidores e professores das universidades federais autárquicas quebraram a intransigência do governo federal e participaram da comissão pelo Ministério da Educação encarregada de apreciar as reivindicações dos grevistas. Com isto os servidores decidiram suspender a greve — que poderá ser seguida pelos professores — mas com disposição de paralisar novamente se o MEC tentar enganá-los.

A presidente da Fasubra (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras), Vânia Galvão, avaliando o retorno ao trabalho nesta segunda-feira, após 75 dias de paralisação, adverte: “Estamos caindo de pé e não tenho dúvidas que retornaremos muito em breve”. A greve foi suspensa por decisão das assembleias gerais realizadas dia 1.º de agosto. A presidente da Fasubra atribui a decisão de suspensão da greve “à pior punição que o governo podia aplicar: o não pagamento dos salários”. Mas garante que não será difícil voltar à greve, “se o

governo tentar engabelar os servidores, pois a insatisfação é muito grande”.

Segundo a avaliação do Comando Nacional de Greve dos Servidores, a participação na Comissão do Conselho de Reitores, afinal aceita pelo MEC, não é uma vitória, mas um simples canal de negociação, que caracteriza um recuo do regime. Uma semana antes, a atitude era de total intransigência. A única alternativa oferecida era a punição dos grevistas e o MEC dizia que só conversava após a volta ao trabalho. “Mas teve que negociar conosco ainda em greve”, diz Vânia,

que atribui o fato à amplitude da greve — o movimento envolveu 60 mil servidores e 35 mil docentes universitários — e à combatividade demonstrada.

NA EXPECTATIVA

A atitude dos servidores é agora de permanente vigilância com relação às negociações que vão ser entabuladas. Vânia Galvão explica que serão realizadas duas assembleias gerais em cada instituição este mês para avaliação do desenvolvimento das conversações. Serão ainda mantidos em funcionamento os fundos e comandos de greve locais, tudo de forma a garantir a possibilidade de uma nova paralisação. Além disso, levanta-se a perspectiva dos servidores das instituições autárquicas juntarem-se aos das fundações, que podem parar de trabalhar até que o governo volte atrás na atitude de extinguir a semestralidade de seus salários.

Rodolfo Braga Almeida, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e membro do Comando Nacional de Greve dos Docentes, também acha que a expectativa é favorável a novas mobilizações. Os docentes ainda estão avaliando a possibilidade de suspensão da greve em que estão há quase

três meses. Rodolfo considera que a greve significou grande avanço em termos políticos, assumindo um papel de clara confrontação com o regime e de exigências da democratização imediata da universidade brasileira.

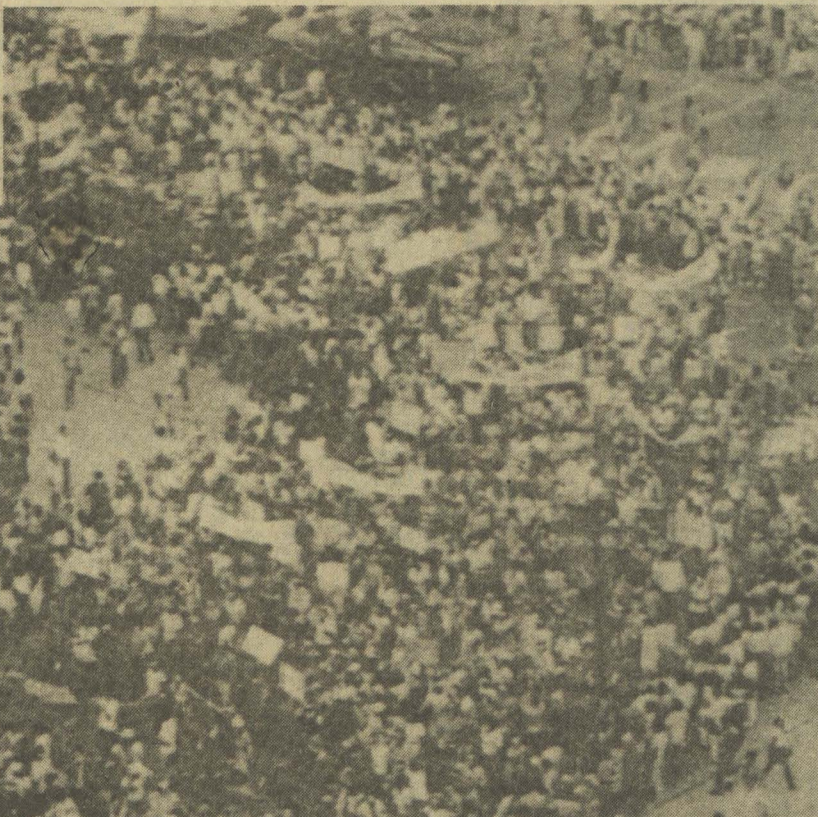
GOVERNADORES APÓIAM

O ponto central do movimento, segundo Rodolfo, foi a luta pela sobrevivência do ensino superior público e gratuito, posto em cheque pelo regime. Daí, a participação na primeira fase do movimento dos próprios reitores das universidades e até de governadores como José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, e Luís Gonzaga Mota, do Ceará.

Rodolfo Almeida ressalta que o mote foi o reajuste salarial. “Os vencimentos dos servidores e professores das universidades precisariam ser reajustados em 139,7% para que voltassem a valer o que ganhavam em 1979”. Mas o prioritário foi a defesa do ensino público e gratuito, ameaçado pela política do MEC de sufocar as universidades, que estão recebendo este ano o equivalente a 37% do que recebiam há três anos para a sua manutenção.

(Fernando Tolentino, de Brasília)

Os grevistas fizeram grandes manifestações, como em Belo Horizonte, abaixo. À esquerda, assembleia que decidiu a volta ao trabalho na UFRJ.



Ministra autoritária para acabar com a Educação

“Algoz” foi o termo usado pelos professores universitários para definir a ministra da Educação Esther Figueiredo Ferraz. Esta septuagenária senhora se tornou tão antipatizada pela comunidade universitária não sem razão. Ao longo de sua vida se caracterizou por defender os interesses dos grandes grupos econômicos na Educação, os acordos espúrios como o MEC-USAID e todo tipo de autoritarismo — para ela não deve existir diálogo entre governo e estudantes.

Com tais características, logo após o golpe militar de 1964 foi chamada pelos generais para ajudá-los nas profundas mudanças que viriam a ser feitas na Universidade. De 1966 a 67, ocupou a diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação. Entre 1965 a 1971, como reitora da Universidade Mackenzie, em São Paulo, deu cobertura aos violentos grupos ultradireitistas. Em 1968 — no auge das lutas contra o ensino pago e contra o acordo MEC-USAID —, no famoso conflito entre alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia, a reitora estava lá incentivando seus pupilos, muitos deles armados.

Em 1970, enquanto professores e alunos eram expulsos das universidades e mortos nos cárceres, Esther Ferraz era convidada novamente pelo governo Médici para ser membro titular do Conselho Federal de Educação (CFE), órgão de assessoria do ministro da Educação, no qual permaneceu por 12 anos.

Hoje, se o ensino público universitário se encontra no completo caos, deve-se em grande parte às orientações defendidas pela atual ministra, que num pensamento obtuso acha que o ensino gratuito é antidemocrático. Em um de seus relatórios apresentados ao CFE, em 1972, ressaltava que a iniciativa privada “deve ser amparada, técnica e financeiramente, pelos poderes públicos (...)”.

Entre 1971 e 1973, foi secretária estadual da Educação em São Paulo. Nesta



Esther; gritos de “Mata a véia”

época teve o desprazer de afirmar perante os deputados na Assembleia Legislativa que só não acabava com o ensino gratuito no Estado por que o presidente da República estava examinando um projeto sobre o mesmo assunto. No governo Figueiredo, antes de assumir o Ministério em 1982, emitiu um parecer que dava suporte legal à cobrança de mensalidades no ensino superior oficial.

Esther Figueiredo Ferraz gosta de dizer que é democrata, mas suas atitudes demonstram o contrário. Quando suas decisões não são acatadas como ela quer, logo passa para as ameaças. Foi o que ocorreu recentemente com os professores universitários em greve, que num documento responderam que a postura da ministra “não é de educadora, mas de algoz. No seu gabinete em Brasília, o clima é de pânico entre os funcionários, que são constantemente ameaçados de demissão por erros que não cometem.”

Se os militares reconheceram os serviços prestados por Esther Ferraz no seu trabalho contra a Universidade, condecorando-a e convidando-a para fazer palestras na Escola Superior de Guerra, na comunidade universitária ocorre o inverso. Diversos bonecos representando a ministra foram queimados por todo o país. Em um destes protestos, os servidores da Escola Paulista de Medicina cantavam em volta de um caixão de madeira “Mata a véia, mata!”.



CEM
Centro de Estudos e Memória
Fundação Maurício Grabois